

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

GESTÃO 2019



CERBRANORT

DISTRIBUIÇÃO

Energia de todos para todos

ÍNDICE

1 - RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – SOCIETÁRIO	2
1.1 INTRODUÇÃO	3
1.2 CENÁRIO	6
1.3 GESTÃO	21
1.4 BALANÇO SOCIAL	24
2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. SOCIETÁRIAS	28
3 - PARECER FISCAL PARA AS DEMONSTRAÇÕES SOCIETÁRIAS	65
4 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	67
5 - RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – REGULATÓRIO	71
5.1 INTRODUÇÃO	72
5.2 CENÁRIO	73
5.3 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	75
5.4 GESTÃO	87
6 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. REGULATÓRIAS	93
7 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	134

1 - RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

SOCIETÁRIO

1.1 INTRODUÇÃO

HISTÓRICO

No início da década de 30, Braço do Norte, que ainda se chamava Calaçópolis, vivia no escuro. Com a iniciativa de dois grandes homens, Theodoro Bernardo Schlickmann e Augusto Withinrich, surgiu uma sociedade chamada Força e Luz Braço do Norte. A partir daí começou a construção da primeira usina de barragem e canalização do Rio Glória. Com um gerador e uma turbina com capacidade de 30 kVA, a usina começou a gerar energia no dia 27 de outubro de 1930.

Com o crescimento da região, Teodoro Bernardo Schlickmann iniciou pesquisas a fim de transferir a usina para o rio Braço do Norte, na localidade da Represa. Constatada a possibilidade, iniciaram a construção e compraram uma turbina de sucção para 100 cavalos, com dínamo de 125 kVA. A nova usina, que serviria Braço do Norte até 5 de agosto de 1965, foi inaugurada no dia 6 de fevereiro de 1950.

A usina passou a ser administrada pela prefeitura municipal no início dos anos 60, que incentivou, por motivos legais, a criação de uma sociedade cooperativista. No dia 2 de fevereiro de 1962, reuniram-se, na Câmara Municipal de Braço do Norte, 42 pessoas do comércio, indústria e funcionários públicos, para construir a Sociedade Cooperativa de Eletrificação, regida pela Lei nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932 e decreto N° 3.410 de 19 de dezembro de 1945. O prefeito na época, Dorvalino Locks, foi aclamado para dirigir os trabalhos de preparação, com Bernardo Wiggers como secretário.

O presidente então mandou elaborar a lista nominativa das cotas para formação do capital, com o investimento mínimo de CR\$ 100 mil. Para mostrar clareza, todos os presentes assinaram o estatuto social como fundadores. E assim nasceu a Sociedade Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte que, após a conclusão da linha de transmissão e construção da subestação em Gravatal, foi inaugurada no dia 5 de agosto de 1965. Iniciou aí um grande salto no crescimento do município. A energia elétrica era fornecida pela Cia Siderúrgica Nacional, localizada em Capivari de Baixo.

Em meio às dificuldades e frequentes defeitos na rede de transmissão, o presidente Dorvalino Locks seguia seu trabalho buscando crescimento e melhorias. Após inúmeras

conquistas, a Cerbranorte passou a atender também o município de Rio Fortuna, já sob a administração de Luiz Kuerten, o Tilico.

A assinatura do contrato de permissão 28/2008 em 25 de novembro de 2008 marcou o início de uma nova trajetória da Cerbranorte, agora dentro do mercado regulado. A busca constante por melhorias na qualidade da energia distribuída e redução das tarifas, motivou a Cerbranorte a iniciar em 2014 a construção de uma nova subestação em 138 kV. A inauguração aconteceu ainda em 2014, quando em 06 de dezembro, o presidente, Antonio Jose da Silva, deu início a energização da mesma, garantindo energia em qualidade e quantidade suficiente para o mercado atendido pela Cerbranorte nos anos seguintes. Atualmente, 06 municípios da Região do Vale de Braço do Norte (SC) possuem áreas atendidas pela CERBRANORTE. Um total de 23.582 associados contam com a Cooperativa para o desenvolvimento de suas atividades.

Toda essa trajetória contribuiu para o comprometimento, desenvolvimento, transparência e participação, princípios norteadores dessa “empresa familiar”, que têm como objetivo principal, distribuir energia elétrica aos seus associados e consumidores com excelência em serviços.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Associados,

Determinações legais e estatutárias orientam a submeter à apreciação o relatório das atividades do exercício de 2019.

Este deve vir acompanhado das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e comparadas ao período de 2018, acrescida do balanço social.

O parecer dos auditores independentes compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado. Considerando a intervenção judicial oriunda do processo n. 0300448.60.2019.8.24.0010 da r. 2º Vara Cível da Comarca de Braço do Norte, que investiu uma Administração Judicial, excepcionalmente, quanto a este exercício, não haverá parecer do Conselho Fiscal, visto que o mesmo teve seu mandato encerrado em 31 de março de 2019.

A Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado – DVA são importantes instrumentos para divulgar o desempenho da Cerbranorte para a sociedade, associados e consumidores.

O demonstrativo das sobras apuradas no exercício, acompanhadas da proposta de destinação, comporá finalmente, os demonstrativos para publicação e para deliberação da assembleia geral ordinária responsável pela aprovação das informações contábeis do exercício de 2019.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais da contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

1.2 CENÁRIO

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte continua sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, utilizando conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses quase 58 anos de existência, para melhorar a qualidade no atendimento aos usuários conectados ao nosso sistema de distribuição.

Em 28 de novembro de 2008 a Cerbranorte assinou o contrato com a ANEEL, de nº 025/2008, onde adquiriu o status de permissionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A área de permissão atende principalmente os municípios de Braço do Norte e Rio Fortuna e pequenas áreas de Armazém, Grão Pará, Gravatal e Santa Rosa de Lima com um total de 521,96 Km². As responsabilidades da Cerbranorte incluem também o suprimento a Cooperativa de Distribuição de Energia de Anitápolis – CERAL, que atende os municípios de Santa Rosa de Lima e Anitápolis.

O mercado da Cerbranorte inclui, além do fornecimento de energia aos consumidores cativos e o suprimento à CERAL, a conexão com 04 PCHs e a distribuição do excedente da energia gerada por 01 PCH conectada ao sistema de distribuição da CERAL. Durante o ano de 2019, inúmeras microgerações de energia solar foram instaladas, nos diversos segmentos e classes de consumo deste mercado. Tudo isso, faz com que o corpo técnico da Cerbranorte esteja em constante desenvolvimento e capacitação para que possa planejar o sistema de distribuição e realizar os procedimentos administrativos internos dentro dos requisitos regulatórios, fiscais e econômicos adequados.

Em 2014, o aumento da produção das indústrias instaladas em nossa área de atuação motivou a concentração dos esforços na construção da subestação de 138kV, em terreno já adquirido anteriormente para esse fim, objetivando melhorar a qualidade e garantir o fornecimento aos associados e consumidores. A Cerbranorte está localizada em uma região fortemente caracterizada pelo microempreendedorismo. Isto garante um mercado sempre em expansão e pouco afetado pelas crises setoriais, uma vez que há grupos de pequenas indústrias em diversos segmentos como rural (suinocultura, avicultura, laticínios, frigoríficos), molduras, transformação de plásticos, mecânica industrial e alimentícias.

Os poucos recursos disponíveis e a necessidade de grandes investimentos na distribuição de energia têm limitado a participação da Cerbranorte em eventos, atividades

e projetos sociais. Entretanto, o caráter cooperativista desta distribuidora, motiva o envolvimento nas principais atividades desenvolvidas nos municípios de sua área de permissão, como demonstrado no balanço social. Em 2016 a Cerbranorte aderiu ao PDGC – Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas, coordenado pelo SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, como forma de aprimorar a gestão e buscar meios de contribuir com o desenvolvimento de seus cooperados, apesar da forte regulação do setor elétrico.

Em 2018, a CERBRANORTE renovou o certificado de Gestão da Qualidade com aplicação da NBR ISO 9001, agora na versão 2015, para toda a empresa. O escopo da certificação refere-se à distribuição de energia elétrica, apuração dos padrões de atendimento comercial e dos indicadores de continuidade individuais e coletivos e o tratamento às reclamações dos consumidores. O processo foi conduzido pela BrTÜV Avaliações da Qualidade S/A.

A baixa rotativa de funcionários é fruto da política de valorização do colaborador, qualificação constante e oferecimento de benefícios que motivam a permanência na empresa, além de contribuir para a satisfação no ambiente de trabalho.

Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria contínua, através da distribuição de energia com qualidade e continuidade, para atender os requisitos regulamentares do cliente e expectativas dos associados, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

1.2.1 Distribuição de Energia Elétrica

A CERBRANORTE distribui energia elétrica a 16.904 consumidores cativos, incluindo 04 Pequenas Centrais Hidrelétricas, de 6 municípios dos 295 de Santa Catarina, com predominância nos municípios de Braço do Norte e Rio Fortuna. Nenhum dos consumidores atendidos pela CERBRANORTE detém o status de Consumidor Livre ou Potencialmente Livre.

Está incluído ainda nas responsabilidades da CERBRANORTE, o suprimento de energia à CERAL – Cooperativa de Distribuição de Energia de Anitápolis, que atende os municípios vizinhos de Santa Rosa de Lima e Anitápolis.

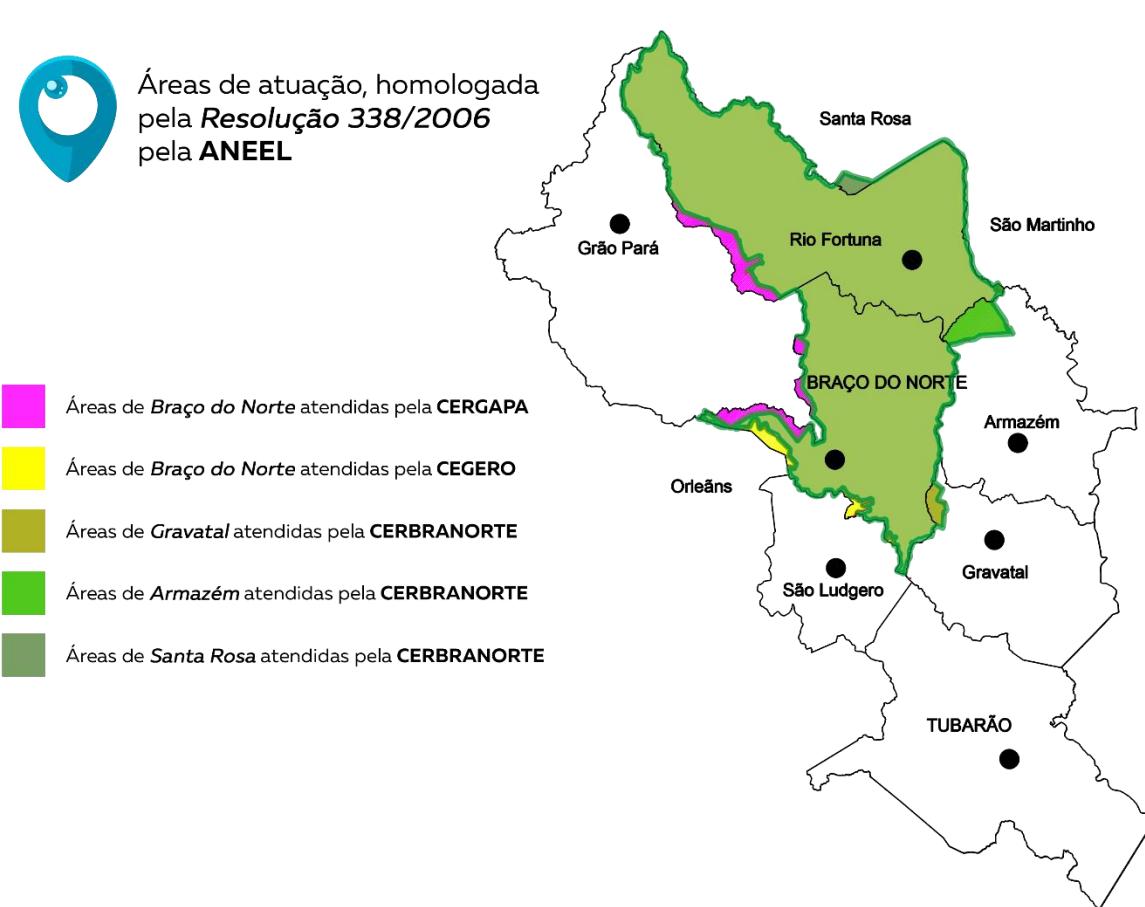


Figura 1 - Área de atuação da Cerbranorte

1.2.2 Comportamento do Mercado

A CERBRANORTE não possui geração de energia. Toda energia comercializada é adquirida através do suprimento da CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina e participação do Programa Governamental PROINFA.

As Pequenas Centrais Hidrelétricas conectadas na rede de distribuição da Cerbranorte comercializam a energia gerada diretamente no mercado livre. O mercado da microgeração de energia vem crescendo rapidamente, respondendo por 434 mil kWh injetados na rede da Cerbranorte em 2019.

Energia Requerida - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
Mercado Atendido	125,60	126,50	132,91	140,85	148,03
Fornecimento	115,61	115,46	122,05	128,12	134,34
Suprimento p/ agentes de distribuição	9,99	11,04	10,83	12,68	13,64
Consumidores Livres/Geração	-	-	0,04	0,05	0,05
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Pernas Totais na Distribuição	10,21	20,70	14,00	12,25	12,30
PNT / Energia Requerida (%)	1,5%	2,8%	1,9%	1,6%	1,5%
Perdas Totais / Energia Requerida (%)	7,5%	14,1%	9,5%	8,0%	8,3%
Total de Energia Requerida (GWh)	135,81	147,20	146,91	153,10	160,33



1.2.3 Distribuição direta por classe de consumo

O consumo de energia elétrica na área de permissão da CERBRANORTE no ano 2019 foi de 134,34 Giga watts-hora, apresentando aumento de 4,85% em relação a 2018. As classes Residencial e Serviço Público foram os segmentos do mercado de distribuição da Cerbranorte com maior aumento no consumo em 2019, com média de 6,5% de acréscimo cada uma. A classe Rural apresentou o menor crescimento ficando apenas em 3,34%. O recadastramento dos consumidores rurais, realizado em atendimento a resolução normativa Aneel nº 800/2017, pode ter contribuído para a redução da energia distribuída nesta classe.

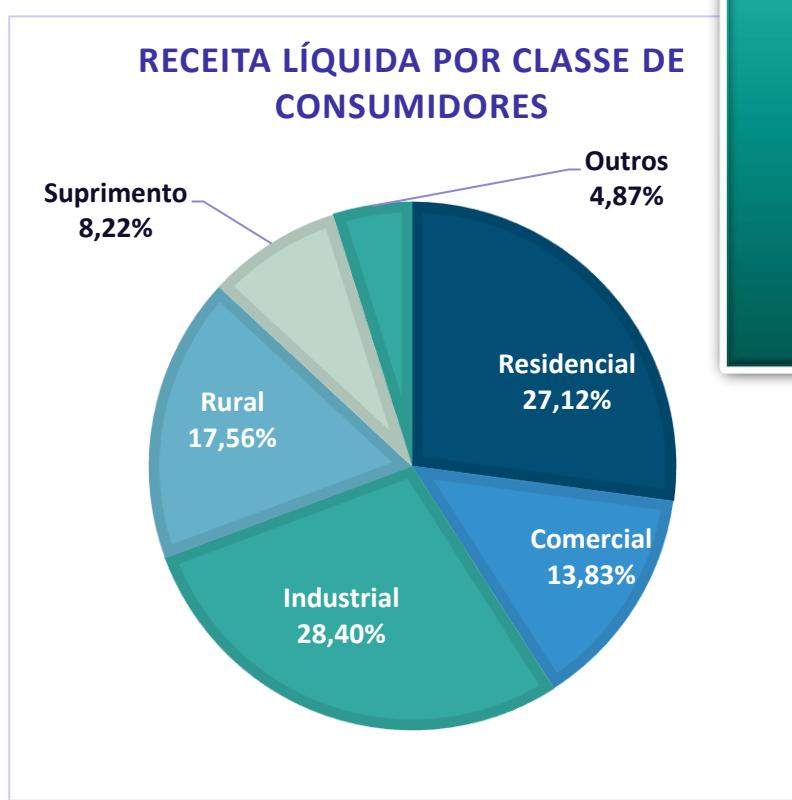
Adicionado à distribuição aos consumidores cativos, temos o suprimento à Ceral – Cooperativa de Distribuição de Energia de Anitápolis, totalizando um mercado de 148,03GWh/ano.



Mercado Atendido - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
Energia Faturada	125,60	126,50	132,87	140,80	147,16
Fornecimento	115,61	115,46	122,05	128,12	134,34
Suprimento p/ agentes de distribuição	9,99	11,04	10,83	12,68	13,83
Uso da Rede de Distribuição	-	-	0,04	0,05	0,05
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	0,04	0,05	0,05
Total	125,60	126,50	132,91	140,85	148,03
Variação		0,72%	5,07%	5,97%	5,10%

1.2.4 Receita

Receita Líquida em R\$ Mil					
Classe		2019		2018	Var %
Residencial	27%	17.446,11	27%	15.436,04	13,02%
Comercial	14%	8.895,39	14%	7.853,24	13,27%
Industrial	28%	18.266,80	29%	16.467,12	10,93%
Rural	18%	11.296,06	18%	9.960,35	13,41%
Suprimento	8%	5.290,49	8%	4.268,64	23,94%
Outros	5%	3.130,64	5%	2.813,25	11,28%
Total		64.325,49		56.798,64	13,25%



A RECEITA DECORRENTE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO EXERCÍCIO DE 2019, LÍQUIDA DO ICMS, IMPORTOU EM R\$ 64,33 MILHÕES

1.2.5 Número de Consumidores

O número de consumidores, incluindo o Suprimento e as 04 PCHs (Pequenas Centrais Hidroelétricas) conectadas à rede de distribuição da Cerbranorte, faturados em dezembro/2019, apresentou um crescimento de 1,3% sobre o ano anterior. O quadro abaixo detalha esta evolução:

Número de Consumidores					
Classe		2019		2018	Var %
Residencial	67,0%	11.315	66,5%	11.099	1,9%
Comercial	9,7%	1.643	9,7%	1.617	1,6%
Industrial	4,2%	714	4,4%	727	-1,8%
Rural	18,2%	3.068	18,4%	3.071	-0,1%
Outros	0,9%	160	1,0%	169	-5,3%
Total		16.900		16.683	1,3%

1.2.6 Tarifas

A tarifa de energia elétrica é o preço definido e homologado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais, como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela distribuidora.

Para definição das tarifas a ANEEL utiliza metodologias de regulação por incentivo e preço limite (*price cap*). Nesse regime regulatório, o órgão regulador estabelece o preço a ser praticado para cada área de concessão ou permissão, conforme as características específicas de cada distribuidora.

Em 18 de julho de 2016 a CERBRANORTE assinou o terceiro termo aditivo ao contrato de permissão. Isto permitiu à CERBRANORTE pleitear, para a 2ª Revisão Tarifária, a receita requerida para sustentação dos custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B), conforme estabelecido no submódulo 8.4 do PRORET.

A Resolução Homologatória nº 2614 de 24 de setembro de 2019 aprovou o reajuste anual da Cerbranorte, com um efeito médio para o consumidor de 10%.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, considerando os impostos incidentes, em dezembro de 2019, atingiu R\$ 548,83/MWh, com aumento de 10,34% em relação a dezembro de 2018.

Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2019	2018
Residencial	638,68	599,14
Comercial	558,78	616,74
Industrial	660,23	524,42
Rural	463,20	421,30
Poderes Públicos	680,53	640,28
Iluminação Pública	394,55	375,35
Serviços Públicos	519,55	497,80
Média Geral	548,83	497,38

1.2.7 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2015	8,34	8,32	0,17
2016	8,74	8,40	0,18
2017	6,29	7,59	0,18
2018	7,65	5,34	0,18
2019	6,10	5,95	0,17

1.2.8 Atendimento ao consumidor

Durante o ano de 2019 a Cerbranorte atendeu a 23.410 solicitações de serviço dos consumidores. Um total de 796 ligações de energia foram feitas, de forma rápida e eficiente, comprovando o respeito e a agilidade que a Cerbranorte tem no atendimento aos seus cooperados.

Inúmeros pedidos de melhorias e ampliação no sistema de distribuição foram atendidos, aumentando a capacidade instalada para 102.317,5 kVA. Redes foram construídas, ampliando para 1.830 km o total de redes de distribuição de energia na área de permissão da Cerbranorte.

Os 02 postos de atendimento da Cerbranorte, ambos localizados na área central das cidades atendidas, funcionam de segunda a sexta-feira, 8h diárias, proporcionando fácil acesso ao consumidor para solicitar serviços e esclarecer dúvidas. Para facilitar a comunicação em qualquer hora e local, estão disponíveis para os consumidores, de forma gratuita, a comunicação via SMS e 0800.

O App Cerbranorte Virtual, disponível para download de forma gratuita na AppleStore e PlayStore e a Agência Virtual possibilitam, através da internet, o acesso a inúmeros serviços, além de informações detalhadas de cadastro e faturamento das Unidades Consumidoras. Redes sociais como Facebook, Instagram e WhatsApp, além do site, fornecem aos consumidores notícias sobre o dia a dia da Cerbranorte, facilitam a comunicação e trazem transparência para o consumidor.

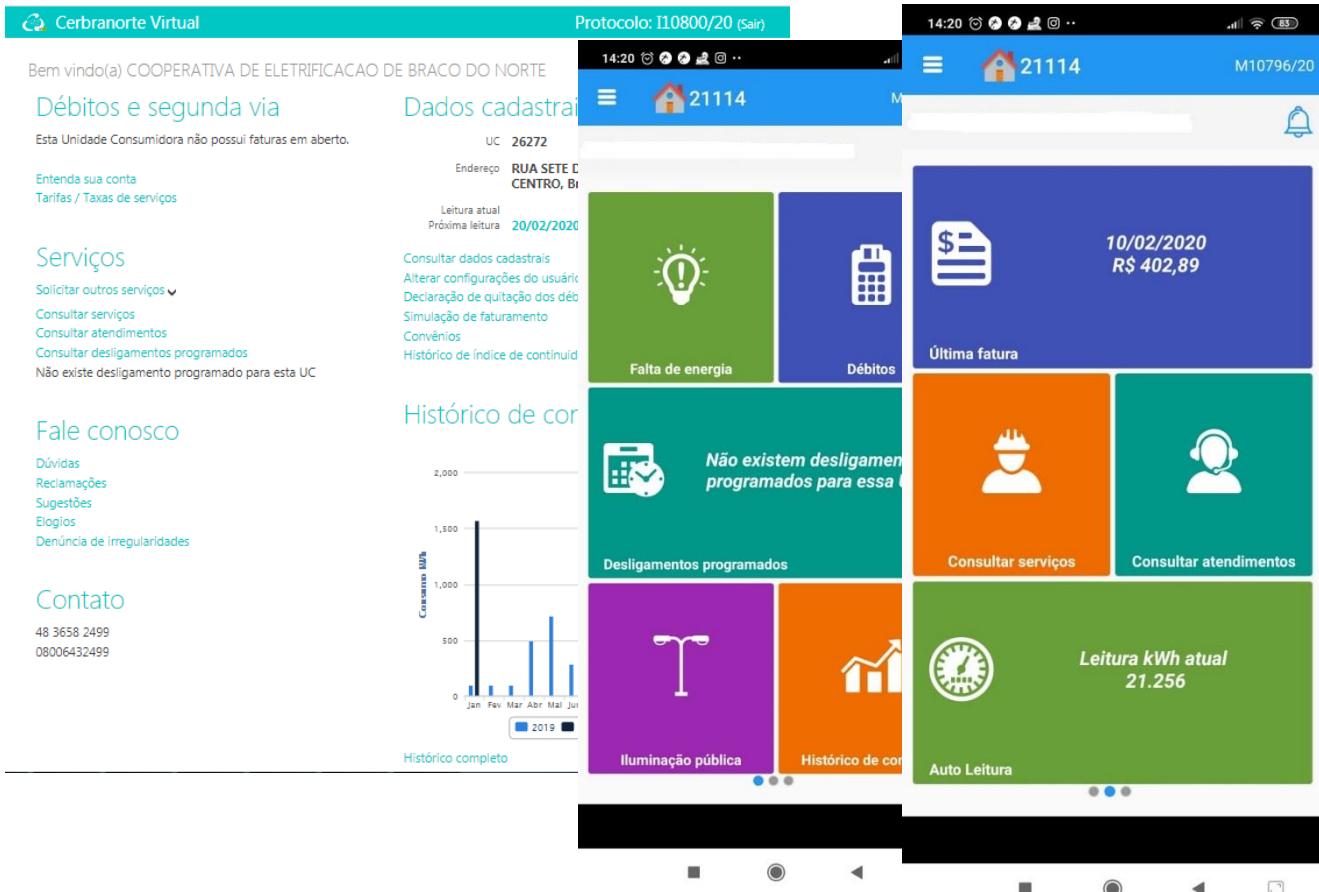


Figura 2 - Telas da Agência Virtual e App do Consumidor

1.2.9 Tecnologia da informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, que dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Nossa equipe de manutenção de rede conta com equipamentos modernos, como sensores infravermelhos para identificar danos nas redes elétricas, possibilitando fazer a



manutenção preventiva do sistema de distribuição. Nossos reléadores são automatizados, e conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrados remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia.

Para o consumidor ligado em Alta Tensão, existe ainda a opção de acompanhamento diário de seus dados de consumo através da Telemedição. Este sistema consiste na instalação de um equipamento no medidor de energia que, conectado à internet (chip de dados móveis), realiza a coleta em tempo real das leituras dos medidores das empresas do grupo A4 e envia para um servidor na nuvem. Este recurso também possibilita ao consumidor o acompanhamento em tempo real de dados de leitura, fator de potência, corrente e tensão, permitindo ao técnico da empresa consumidora o gerenciamento de perdas e curvas de carga, entre outras funcionalidades.

Em 2019 foram adquiridos ainda 05 computadores, 01 notebook e 04 tablets. A aquisição destes equipamentos proporcionou estender a todas as equipes de funcionários da Cerbranorte, a realização do atendimento às solicitações dos consumidores em tempo real. Atualmente, mais de 80% dos trabalhos realizados em campo, possuem comunicação em real time com os servidores da empresa e com os consumidores, através de SMS e notificações na Agência Virtual e App.

A modernização dos serviços prestados e o constante investimento em tecnologia para o desenvolvimento dos trabalhos da Cerbranorte, sistemas computacionais, servidores e treinamento de pessoal, tem propiciado resposta rápida às solicitações dos consumidores e transparência nos dados de faturamento para o consumidor.

1.2.10 Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2019, as sobras líquidas à disposição para deliberação da assembleia foram de R\$ 3.658 (Reais/Mil). Comparado com R\$ 3.948 (Reais/Mil) de 2018 percebe-se uma redução de R\$

290 (Reais/Mil), representando um percentual de 7,35% em relação ao exercício anterior. Tal fato se dá pelos seguintes fatores:

- Um incremento 2,5 milhões no valor dos tributos e encargos setoriais;
- Um aumento no valor da compra de energia paga a Celesc de 6,78 milhões.

As despesas operacionais totalizaram em 2019 R\$ 3,47 milhões contra R\$ 3,38 milhões em 2018, 2,57% maiores em relação ao exercício anterior. O resultado teve uma leve diminuição, impulsionado pelos mesmos fatores que fizeram com que as sobras diminuíssem. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 9,677 milhões, inferiores em 10,54% a 2018, período que apresentou o valor de R\$ 10,817 milhões. O gráfico a seguir demonstra esta variação:



1.2.11 Investimentos

Em 2019 os investimentos da Cooperativa totalizaram 4.546 (Reais/Mil). Destacam-se as obras realizadas para expansão e melhoria do sistema elétrico, as obras de melhoria e ampliação das redes para o município de Rio Fortuna, que objetivam atender o aumento de demanda deste município e do suprimento a CERAL – Cooperativa de Energia de Anitápolis. Merecem destaque também o investimento realizado na frota da CERBRANORTE, objetivando um melhor atendimento aos consumidores.

A seguir, o quadro dos investimentos concluídos e imobilizados no exercício:

	Investimentos - R\$ mil		
	2019	2018	Var %
Edificações	-	1.788	100,00
Obras, Ligações e Medições	4.120	3.030	35,97
Veículos	361	252	100,00
Equipamento Geral	65	30	116,67
Intangível	-	-	-
Total	4.546	5.100	(10,86)

O quadro abaixo demonstra a evolução e a projeção dos investimentos da Cerbranorte em suas redes de distribuição. Este quadro é separado dos demais investimentos, devido a grande importância que os mesmos representam para uma Distribuidora.

Durante esse período foram feitas intervenções na rede de distribuição a fim de atender a demanda de novos consumidores, loteamento e melhorias para minimizar problemas de falta de energia causada por materiais e equipamentos depreciados e/ou avariados.

Evolução e Projeção dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2019				
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
AIS Bruto¹	3.011	3.030	4.120	1.276	941	1.198	1.346	1.909
Transformador de Distribuição	692	575	723	265	280	317	350	433
Medidor	310	202	198	227	227	244	244	230
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	826	902	1.218	564	214	475	521	521
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.184	1.351	1.981	220	220	161	231	725
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	289	222	194	-	-	-	-	-

Anualmente a permissionária deve apresentar as projeções de investimentos no sistema de distribuição de energia elétrica.

O PDD - Plano de Desenvolvimento da Distribuição, apresenta o resultado dos estudos de planejamento elétrico e energético das concessionárias e permissionárias de distribuição. A Aneel utiliza essas informações para acompanhar o planejamento e a evolução dos sistemas de distribuição de energia elétrica no País, além de usá-los para avaliar eventuais necessidades de aprimoramento da regulamentação vigente.

Os valores são classificados por tipo de equipamento (transformador e medidor), redes e subestações, segregados por faixa de tensão, devendo contemplar os valores do Ativo Imobilizado em Serviço-AIS Bruto e Obrigações Especiais Bruta.

R\$ Mil	2019R	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P
Plano de Investimentos 2019	4.120	1.276	941	1.198	1.346	1.909

R\$ Mil	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P
Plano de Investimentos 2018	2.507	1.906	2.082	1.049	1.280	1.666
Diferença	64,3%	-33,1%	-54,8%	14,1%	5,2%	14,6%

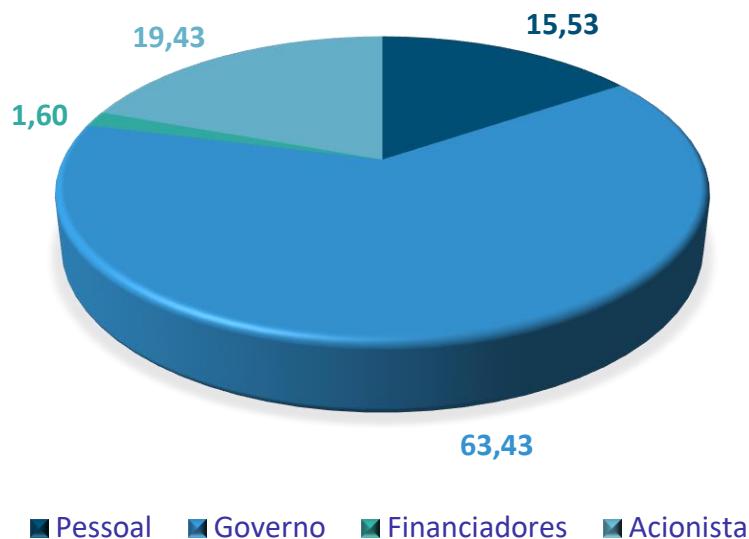
1.2.12 Captações de Recursos

Os investimentos de 2019 foram realizados com recursos próprios.

1.2.13 Valor Adicionado

Em 2019, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERBRANORTE foi de R\$ 40.034 (Reais/mil), representando 41,42% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

DEZEMBRO DE 2019 - LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA



1.2.14 Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2019, o Capital Social da CERBRANORTE era de R\$ 2.715 (Reais/mil), composto por 2.715 mil cotas representadas por 24.611 sócios.

A gestão cooperativista, norteada pela Lei 5764/1971, é baseada na premissa de que as principais decisões são tomadas em conjunto, em assembleia. Dessa forma, uma vez ao ano, em assembleia geral ordinária, a diretoria submete a aprovação dos associados as contas do exercício anterior e o plano de investimento para o próximo ano e a destinação das sobras líquidas do exercício.

A Cerbranorte realiza praticamente 100% dos investimentos com recursos próprios, não havendo assim a necessidade de desenvolver ações para despertar o interesse do mercado financeiro para captação de recursos.

1.3 Gestão

O planejamento empresarial elaborado pela permissionária vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico. Gerir hoje envolve uma gama abrangente e diversificada de atividades. O gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições adversas e de cenários alternativos.



Atualmente o modelo de gestão das atuais cooperativas de infraestrutura tem funcionamento semelhante ao de uma empresa normal, cuja gestão é centralizada em poucas pessoas (a diretoria). O diferencial fica nas definições estatutárias, que no caso da Cerbranorte, limita o mandato à 04 anos e restringe as ações da diretoria às decisões das assembleias. Mas o principal aspecto do cooperativismo é a gestão participativa, que valoriza e fortalece o associado. Atender as

expectativas e necessidades dos associados é o foco da gestão.

Foi pensando assim que a Cerbranorte, ao final de 2015, aderiu ao PDGC – Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas, cuja metodologia é pautada no Modelo de Excelência da Gestão® (MEG), desenvolvido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), para ser um referencial na promoção da melhoria da qualidade da gestão. Além do PDGC, o Sistema de Gestão da Qualidade da Cerbranorte, cujo escopo abrange todos os processos da cooperativa, promovem, através da implementação da norma ISO 9001:2015 e aplicação das diretrizes da norma ISO 10002:2005,



COOPERATIVA,
**CAMINHE PARA
A EXCELÊNCIA.**

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA
GESTÃO DAS COOPERATIVAS - PDGC



a adoção de boas práticas de gestão e de governança

Essa concepção proporcionou a criação de um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças, identificar tendências, que, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas a serem submetidas à apreciação da assembleia geral ordinária de 2020.

1.3.1 A CERBRANORTE em números

Operacionais	2019	2018	Var %
Número de subestações	1	1	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	1.830	1.772	3,27%
Capacidade instalada (MW)	103	98	5,10%

Mercado	2019	2018	Var %
Área de Permissão (Km ²)	510,22	510,22	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	35,50	32,00	10,94%
Distribuição direta (GWh)	148,53	140,85	0,00%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	548,83	497,38	10,34%
Residencial	638,68	599,14	6,60%
Comercial	558,78	616,74	-9,40%
Industrial	660,23	524,42	25,90%
Rural	463,20	421,30	9,95%
Suprimento	291,91	331,95	0,00%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes) (Dados IBGE Censo/2020)	25	25	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes) (Dados IBGE Censo/2020)	9	9	0,00%
DEC (horas)	6,10	7,65	-20,26%
FEC (número de interrupções)	5,95	5,34	11,42%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	7,63	6,53	16,83%

Financeiros	2019	2018	Var %
Receita operacional bruta (R\$ mil)	96.756	86.248	12,18%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	72.825	64.865	12,27%
Margem operacional do serviço líquida (%)	32,86%	32,97%	-0,32%
EBITDA OU LAJIDA	9.678	10.817	-10,53%
Lucro líquido (R\$ mil)	7.939	8.917	-10,97%
Lucro líquido por mil cotas	7.939	8.917	-10,97%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	42.721	34.757	22,91%
Valor patrimonial por cota R\$	42.721	34.757	22,91%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	18,58	25,66	-27,57%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	63,67	83,37	-23,63%
Em moeda nacional (%)	100	100	0,00%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%

Atendimento	2019	2018	Var %
Número de consumidores	16.900	16.683	1,30%
Número de empregados	92	92	0,00%
Número de consumidores por empregado	184	181	1,30%
Número de localidades atendidas	6	6	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%

1.3.2 Indicadores de Performance

Indicadores de Performance	2019	2018	Var %
Salário Médio dos Funcionários	3,28	2,96	10,81%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário (MWh)	1.614,45	1.530,98	5,45%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor (MWh)	8,79	8,44	4,10%
Retorno de ativos por unidade	0,24	0,22	10,64%

1.4 **Balanço Social**

1.4.1 **Recursos Humanos**

Em 2019, a Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRANORTE realizou para aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, de acordo com a especificidade de cada área.

Através do Programa de Auxílio Educação, alguns colaboradores da área técnica iniciaram um curso de Eletrotécnica em parceria com o SENAI e o SEScoop/SC. Outros colaboradores continuam os cursos de Graduação já iniciados em anos anteriores.

Do mesmo modo, a empresa realizou cursos de reciclagem de Operador de Subestação, Resolução Normativa 414, NR 10, NR11, NR12 (Operador de motosserra e Cesto Aéreo), NR35, normas Técnicas do Sistema FECOOERUSC, entre outros.

1.4.2 **Responsabilidade Social**

Responsabilidade social para a permissionária é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas que ultrapassem as exigências éticas e legais no que tange à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo.

A CERBRANORTE constantemente colabora com a comunidade, por meio do apoio às escolas, instituições e associações comunitárias, além de causas pontuais, que visam instruir e beneficiar a população.

Em 2019, demos continuidade ao desenvolvimento do Programa COOPERJOVEM, que visa, principalmente, difundir o cooperativismo e seus princípios para as crianças do 1º ao 9º ano escolar, em três escolas na área de atuação da cooperativa, sendo uma delas iniciante em 2019. Neste programa foram contemplados 1900 alunos das escolas parceiras. Durante o ano, foram feitas várias reuniões de acompanhamento nas escolas, palestras para os professores e funcionários para capacitação e aperfeiçoamento de práticas pedagógicas com base na cultura da cooperação. Também foram realizados, ao longo do ano, 10 treinamentos e uma palestra motivacional para os educadores. Do mesmo modo, foram feitas atividades de integração com a escola iniciante, com apoio do SESCOOP/SC.

Desde que surgiu, em 2010, o Cooperjovem vem conquistando tanto as crianças quanto os seus familiares, e uma das principais mudanças relatadas pelos professores é a participação dos pais na vida escolar dos seus filhos.

Os projetos desenvolvidos são apresentados às escolas visitantes, enchendo de orgulho os alunos envolvidos. Merecem destaque a Rádio Comunitária e o mutirão que arrecadou alimentos através de gincana, com envolvimento de pais e alunos, e posteriormente doados a instituições dos municípios. Tem também o projeto Pracinha dos Valores, Gentileza Gera Gentileza, Sacola Viajante, Festa da Família, entre outros.

Participam do programa as escolas Atílio Ghisi de Braço do Norte e Professor José Boeing de Rio Fortuna. A Escola de Educação Básica Dom Joaquim, de Braço do Norte, foi a escola integrada em 2019.

1.4.3 CIPA

Os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA realizam reuniões mensais tendo como objetivos cumprir a Norma Regulamentadora Nº 05, abordando assuntos como: identificação dos riscos para cada função existente, fiscalização do uso pelos colaboradores dos equipamentos de proteção e divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho. Tal abordagem tem também como objetivo solucionar os problemas de segurança e saúde.

Através da CIPA, foi realizada a SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho), de 28 ao dia 31 de outubro de 2019, contado com palestras, dinâmicas, ginástica laboral, campanha de conscientização interna para mudanças de hábito, focando na segurança e na saúde.

1.4.4 Programa Aprendiz Cooperativo

A permissionária deu continuidade ao Programa Aprendiz Cooperativo, contratando 04 jovens ao todo, durante o ano de 2019. O programa visa cumprir com as exigências da Lei da Aprendizagem, além de oportunizar aos participantes um espaço para a aplicação do conhecimento teórico, através da prática e do acompanhamento dos responsáveis na empresa. Para a realização deste programa, a permissionária conta com a parceria do SESCOOP/SC, que subsidia os custos com a Entidade Formadora, neste caso, o SENAI/SC, outro parceiro da CERBRANORTE.

1.4.5 Demonstrativo do Balanço Social

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte

CNPJ: 86.433.042/0001-31

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2019 e 2018 Balanço Social

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Base de Cálculo	2019			2018		
Receita Líquida (RL)	72.825			64.865		
Resultado Operacional (RO)	7.841			9.154		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	7.939			6.916		
2 Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL
Encargos Sociais Compulsórios	2.105	26,51%	2,89%	1.926	27,85%	2,97%
Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia	174	2,19%	0,24%	172	2,49%	0,27%
Alimentação	821	10,34%	1,13%	744	10,76%	1,15%
Outros - Seguros	30	0,38%	0,04%	29	0,42%	0,04%
Total - Indicadores Laborais	3.130	39,43%	4,30%	2.870	41,50%	4,42%
3 Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL
Tributos (excluídos encargos sociais)	24.192	308,53%	33,22%	21.548	235,39%	33,22%
Total - Indicadores Sociais	24.192	308,53%	33,22%	21.548	235,39%	33,22%
4 Indicadores do Corpo Funcional	Em Unidades			Em Unidades		
Empregados ao final do período	92			92		
Admissões durante o período	6			11		
Demissões durante o período	7			9		
Empregados acima de 45 anos	32			32		
Mulheres que trabalham na empresa	15			19		
5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	6,4			5,9		
Número total de acidentes de trabalho	7			9		

Agradecimentos

Este Relatório Anual é o resultado da participação e do comprometimento de uma equipe.

Agradecemos aos profissionais da Cerbranorte que forneceram as informações necessárias para a elaboração do Relatório Anual 2019 e a todas as partes interessadas que participaram do desenvolvimento dos temas relevantes, contribuindo de alguma forma com este trabalho.

Aos associados das Cerbranorte, um agradecimento especial pelo apoio as atividades administrativas e sociais desenvolvidas em 2019 e compreensão àquelas que não foram parte do escopo desta administração.

Finalizo o ano com a certeza que a cooperativa está preparada para um novo ciclo de administração e para o cenário de mudanças e modernização que o setor eletrico vem vivenciando, pautada nos valores cooperativistas e no atendimento aos requisitos regulamentares.

Braço do Norte, 31 de dezembro de 2019.

A Administração.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2019 e 2018
Balanço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2.019	2.018
<u>Circulante</u>		<u>25.244</u>	<u>22.410</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	7.408	4.274
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	7	12.588	11.323
(-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(755)	(652)
Impostos e Contribuições Sociais	10	209	125
Estoques	11	369	461
Ativos Regulatórios	13	2.002	2.057
Despesas Pagas Antecipadamente	12	164	72
Outros Créditos	9	3.259	4.750
<u>Não Circulante</u>		<u>44.679</u>	<u>41.324</u>
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>23.279</u>	<u>21.099</u>
Ativo Indenizável (Permissão)	14	23.162	21.033
Impostos e Contribuições Sociais	10	79	36
Outros Créditos	9	38	30
Investimentos	15	63	49
Intangível	16	21.337	20.176
TOTAL DO ATIVO		<u>69.923</u>	<u>63.734</u>

PASSIVO	NE	2.019	2.018
<u>Circulante</u>		<u>13.919</u>	<u>14.772</u>
Empréstimos e Financiamentos	17	1.485	1.484
Fornecedores	18	5.703	6.654
Impostos e Contribuições Sociais	10	2.103	638
Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas	19	1.107	937
Encargos do Consumidor a Recolher	20	1.219	685
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	21	858	847
Passivos Regulatórios	13	953	423
Outras Contas a Pagar	23	491	3.104
<u>Não Circulante</u>		<u>13.283</u>	<u>14.205</u>
Empréstimos e Financiamentos	17	4.745	6.217
Provisão para Contingências	22	4.807	4.953
Outras Contas a Pagar	23	536	536
Obrigações Vinculadas à Concessão	16.2	3.195	2.499
<u>Patrimônio Líquido</u>		<u>42.721</u>	<u>34.757</u>
<u>Capital Social</u>	24	<u>2.715</u>	<u>2.690</u>
<u>Reserva de Capital</u>		<u>727</u>	<u>727</u>
<u>Reservas de Sobras</u>		<u>31.673</u>	<u>27.392</u>
<u>Reservas Estatutárias</u>		<u>31.673</u>	<u>27.392</u>
<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>		<u>7.606</u>	<u>3.948</u>
Sobras a Disposição da AG		7.606	3.948
TOTAL DO PASSIVO		<u>69.923</u>	<u>63.734</u>

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2019 e 2018
Demonstração das Sobras do Exercício
 (Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2019	2018
Receita Operacional			
Fornecimento de Energia Elétrica	25	96.756	86.248
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		36.295	30.896
Receita de Construção		43.641	40.087
Outras Receitas Operacionais		6.271	4.887
(-) Deduções da Receita Operacional	26	23.931	21.383
Tributos Sobre a Receita		16.897	14.934
Encargos Setoriais		7.034	6.449
(=) Receita Operacional Líquida	27	72.825	64.865
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica			
Energia Comprada para Revenda		42.550	35.769
Custo de Operação		10.628	10.099
Custo de Construção		6.271	4.887
(=) Resultado Operacional Bruto		13.376	14.110
(-) Despesas Operacionais			
Despesas com Vendas	28	104	79
Despesas Gerais e Administrativas	28	3.466	3.379
Outras Receitas e Despesas Líquidas	28	1.965	1.498
(=) Resultado do Serviço		7.841	9.154
(+) Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras		816	741
(-) Despesas Financeiras		655	916
(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL		8.002	8.979
(-) IRPJ	32	40	39
(-) CSLL	32	23	23
(=) Resultado Líquido do Exercício		7.939	8.917

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte

CNPJ: 86.433.042/0001-31

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2019 e 2018

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial	Reservas de Sobras				Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
				Reserva Legal	RATES	Reserva de Expansão Manut. Sist. Distribuição	Reserva de Investimento e Ampliações		
Saldo em 31/12/2017	2.667	726	0	3.666	942	12.208	4.085	1.523	25.817
<u>Aumento de Capital:</u>									
- Por Integralização de Quotas	23	-	-	-	-	-	-	-	23
Destinação do Resultado - AGO	-	-	-	-	-	1.523	-	(1.523)	-
<u>Reversão de Reservas</u>									
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	(405)	(488)	-	893	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	8.917	8.917
Destinações Estatutárias	-	-	-	873	627	4.363	-	(5.863)	-
Saldo em 31/12/2018	2.690	726	0	4.539	1.164	17.606	4.085	3.947	34.757
<u>Aumento de Capital:</u>									
- Por Integralização de Quotas	25	-	-	-	-	-	-	-	25
<u>Reversão de Reservas</u>									
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	(242)	(704)	-	946	0
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	7.939	7.939
Destinações Estatutárias	-	-	-	774	580	3.873	-	(5.227)	0
Saldo em 31/12/2019	2.715	726	0	5.313	1.502	20.775	4.085	7.605	42.721

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ: 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2019 e 2018
Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	7.939	8.917
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:	3.636	3.208
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	104	78
Depreciação e Amortização	1.931	1.756
Baixas do Intangível	1.601	1.374
Variações no Ativo	(1.984)	(5.018)
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(1.265)	(1.382)
Impostos e Contribuições Sociais	(128)	86
Estoque	92	(203)
Ativos Regulatórios	55	(246)
Despesas Pagas Antecipadamente	(92)	79
Ativo Financeiro da Concessão	(2.129)	(2.832)
Outros Realizáveis	1.483	(520)
Variações no Passivo	(304)	552
Fornecedores	(951)	(382)
Impostos e Contribuições Sociais	1.465	(110)
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	170	11
Encargos do Consumidor a Recolher	534	(475)
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	11	46
Passivos Regulatórios	530	313
Provisões p/Contingências	(146)	(240)
Outras Exigibilidades	(1.917)	1.389
Total das Atividades Operacionais	9.287	7.659
Atividades de Investimento		
Participações Societárias	14	0
Aplicações no Intangível	4.693	3.547
Total das Atividades de Investimento	4.707	3.547
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos	(1.471)	(1.477)
Aumentos de Capital	25	23
Total das Atividades de Financiamento	(1.446)	(1.454)
Total dos Efeitos no Caixa	3.134	2.658
Saldo Inicial de Caixa	4.274	1.616
Saldo Final de Caixa	7.408	4.274
Variação no Caixa	3.134	2.658

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte

CNPJ: 86.433.042/0001-31

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2019 e 2018

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Receitas	96.652	86.169
Venda de Energia e Serviços	90.081	80.992
Receita de Construção	6.271	4.887
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(104)	(79)
Outros Resultados Operacionais	404	369
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	54.782	46.341
<u>Insumos Consumidos</u>	<u>54.782</u>	<u>46.341</u>
Energia Comprada para Revenda	35.360	30.071
Encargo de Uso de Rede Elétrica	7.190	5.698
Outros Insumos Adquiridos	2.462	1.902
Material e Serviços de Terceiros	3.499	3.783
Custo da Construção	6.271	4.887
(=) Valor Adicionado Bruto	41.870	39.828
(-) Depreciações e Amortizações	(1.836)	(1.662)
(=) Valor Adicionado Líquido	40.034	38.166
(+) Valor Adicionado Transferido	816	741
Receitas Financeiras	816	741
(=) Valor Adicionado a Distribuir	40.850	38.907
Distribuição do Valor Adicionado:	40.850	38.907
Pessoal	6.343	5.821
Remunerações	5.012	4.543
Encargos Sociais - FGTS	438	384
Auxílio Alimentação	821	744
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	72	150
Governo	25.913	23.252
Federal	8.876	8.262
Estadual	17.002	14.972
Municipal	35	18
Financiadores	655	917
Outros Encargos Financeiros	655	917
Cooperados	7.939	8.917
Sobras Retidas	7.939	8.917
Valor Adicionado (médio) por Empregado	444	423

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRANORTE é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. A sociedade é regida pela Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para fins fiscais e tributários a CERBRANORTE está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

1.1. Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2019, a CERBRANORTE realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Contábeis – as demonstrações contábeis foram autorizadas pelo administrador judicial provisório.

2. Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1.629 de 21 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica nº 025, em 28 de novembro de 2008.

2.1. Prazo da Permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contrato.

2.2. Objetivo da Permissão – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

2.3. Áreas de Permissão – municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, todos no Estado de Santa Catarina, conforme resolução homologatória Aneel nº 338, de 22 de maio de 2006.

2.4. Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas no mês de setembro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia

elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

Parcela B: representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária. Inclui os custos com operação, manutenção e expansão do sistema de distribuição, bem como os custos com o atendimento aos consumidores. Em 18 de julho de 2016 a CERBRANORTE assinou o terceiro termo aditivo ao contrato de permissão, o que permite que a CERBRANORTE pleiteie a receita requerida prevista para sustentação dos custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B), conforme estabelecido no submódulo 8.4 do Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 22 de março de 2016.

Composição da Receita Requerida:

Parcela A

Encargos Setoriais

- Taxa de Fiscalização - TFSEE (2.4.1)
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (2.4.2)
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2.4.3)

Encargos de Transmissão (2.4.4)

Compra de Energia Elétrica para Revenda (2.4.5)

Parcela B

Despesas de Operação e Manutenção (2.4.6)

- Pessoal
- Material
- Serviços de Terceiros
- Despesas Gerais e Outras

Despesas de Capital

- Cotas de Depreciação (2.4.7)
- Remuneração do Capital (2.4.8)

2.4.1. Taxa de Fiscalização (TFSEE): encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente.

2.4.2. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA): encargo para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

2.4.3. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, tais como: universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; concessão de descontos tarifários a diversos usuários do serviço (baixa renda, rural; Irrigante; serviço público de água, esgoto e saneamento; geração e

consumo de energia de fonte incentivadas, etc.); modicidade da tarifa em sistemas elétricos isolados (Conta de Consumo de Combustíveis – CCC); competitividade da geração de energia elétrica a partir da fonte carvão mineral nacional; entre outros.

2.4.4. Encargos da Transmissão: Refere-se à parcela da receita para cobrir os custos com: uso das instalações da rede básica de transmissão, uso das instalações de conexão, uso das instalações de distribuição, transporte de energia elétrica de Itaipu e com o operador nacional do sistema.

2.4.5. Compra de Energia Elétrica para Revenda: Parcela da receita destinada à cobertura dos custos com a compra de energia da empresa supridora. Os dispêndios com compra de energia para revenda constituem o item de custo não gerenciável de peso significativo para as permissionárias distribuidoras.

2.4.6. Despesas de Operação e Manutenção: Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.7. Cotas de Depreciação: Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.8. Remuneração do Capital: É a parcela da receita destinada a suprir o rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.5. Bandeiras Tarifárias - Cobrança adicional para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica, criada pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401, de 04 de fevereiro de 2015.

A ANEEL, por meio do Submódulo 6.8 do Proret - Bandeiras Tarifárias, estabelece e define o sistema de Bandeiras Tarifárias, representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela e;
- Bandeira Tarifária Vermelha, Patamar 1 e 2.

O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

Nas competências mensais de 2019, a CERBRANORTE aplicou o sistema de Bandeiras Tarifárias para seus consumidores, conforme Despachos publicados pela ANEEL, sendo:



3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo administrador judicial provisório.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária Lei nº 6.404/1976 – Lei das Sociedades por Ações, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades, que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e demais alterações subsequentes. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB. Tomou-se também como base os pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resolução CFC nº 920/2001, 1.013/2005 e 1.282/2010. Estão ainda de acordo com a Lei 5.764/1971, que rege o sistema cooperativo e a ITG 2004 do Conselho Federal de Contabilidade, específica para as entidades cooperativas.

Algumas informações adicionais são apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares, em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), instituído pela Resolução Normativa nº 605/2014 – ANEEL, de 11 de março de 2014, e as alterações subsequentes, assim como às instruções contidas nos Despachos de Encerramento publicados e as orientações divulgadas no sítio da Agência.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes

na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Conversão de Operações em Moeda Estrangeira - A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R\$).

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa - Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

4.3. Contas a Receber - Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

4.4. Estoques - Os materiais em estoques classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos (imobilizado), estão registrados pelo custo médio de aquisição.

4.5. Ativos e Passivos Regulatórios - Em 21 de dezembro de 2015, a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a contratada, Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - CERBRANORTE, firmou o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão para Distribuição nº 025/2008-ANEEL, tendo como objetivo eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A sob o título de outros componentes financeiros.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da permissão.

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão e de Permissão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte – Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo.

A CERBRANORTE efetuou o reconhecimento dos saldos de outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em subtítulos específicos denominados Ativos Regulatórios e Passivos Regulatórios em contrapartida de Receita de Ativo Regulatório e de Passivo Regulatório, no resultado.

4.6. Não Circulante - Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

4.7. Ativo Indenizável (Permissão) - Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível dos contratos de permissão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens e serviços da permissão são as seguintes:

Itens mais relevantes do ativo Não Circulante	Taxa Anual
Condutor (Tensão < 69Kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Veículos	14,29%

4.8. Intangível - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e do OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

4.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment* - A CERBRANORTE analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a CERBRANORTE estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a CERBRANORTE reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

4.10. Benefícios a Empregados - Os pagamentos de benefícios como salário, férias vencidas ou proporcionais, e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

4.11. Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo - Os ativos e passivos de longo prazo da CERBRANORTE são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da cooperativa.

4.12. Provisão para Contingências - Os Passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

4.13. Receitas e Despesas - A CERBRANORTE segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.13.1. Receita Não Faturada – Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica entregue ao consumidor e não faturada, e a receita de utilização da rede de distribuição, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

4.13.2 Receita de Construção – A ICPC 01 (R1) estabelece que a permissionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviço de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A CERBRANORTE contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.14. Operações com Partes Relacionadas – A caracterização da relação existente entre as operações com partes relacionadas tem regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes.

4.15. Tributação do Resultado - A tributação dos ganhos e resultados foi calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

4.16. Operações com Terceiros – As operações com não associados estão escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a ITG 2004, conforme apresentamos na Demonstração de Resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL, nota 32.

O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, é destinado integralmente a Reserva (Fundo) de Assistência Técnica e Educacional – RATES.

5. Instrumentos Financeiros

5.1. Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos - A CERBRANORTE mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

- ***Caixa e Equivalentes de Caixa:*** apresentados na nota 6;
- ***Contas a Receber - Consumidores:*** apresentados na nota 7, subtraídos as provisões apresentadas na nota 8;
- ***Ativo Financeiro Indenizável:*** apresentados na nota 14;
- ***Empréstimos e Financiamentos:*** apresentados na nota 17;
- ***Fornecedores:*** apresentados na nota 18.

5.2. Valor Justo

	2019		2018	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Instrumentos Financeiros				
Ativo	42.403	42.403	35.978	35.978
Caixa e equivalentes de caixa	7.408	7.408	4.274	4.274
Contas a receber	11.833	11.833	10.671	10.671
Ativo Indenizável (Permissão)	23.162	23.162	21.033	21.033
Passivo	11.933	11.933	14.355	14.355
Empréstimos e Financiamentos	6.230	6.230	7.701	7.701
Fornecedores	5.703	5.703	6.654	6.654

5.3. Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Destinados	Empréstimos	Outros Passivos Financeiros	Total
	a Venda	e Recebíveis		
Em 31 de dezembro de 2019				
Ativo	23.162	19.241	-	42.403
Caixa e equivalentes de caixa	-	7.408	-	7.408
Contas a receber	-	11.833	-	11.833
Ativo Indenizável (Permissão)	23.162	-	-	23.162
Passivo	-	-	5.703	11.933
Empréstimos e Financiamentos	-	-	6.230	6.230
Fornecedores	-	-	5.703	5.703
Em 31 de dezembro de 2018				
Ativo	21.033	14.945	-	35.978
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.274	-	4.274
Contas a receber	-	10.671	-	10.671
Ativo Indenizável (Permissão)	21.033	-	-	21.033
Passivo	-	-	6.654	14.355
Empréstimos e Financiamentos	-	-	7.701	7.701
Fornecedores	-	-	6.654	6.654

5.4. Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

5.4.1. Risco de Crédito: advém da possibilidade de a CERBRANORTE não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras geradas por operações de aplicação financeira.

5.4.2. Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da CERBRANORTE em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Remuneração</u>	 <u>2019</u>	 <u>2018</u>
Caixa e Bancos				3.421	3.779
Aplicações no Mercado Aberto					
Caixa Economica Federal	FIC EMP DI RF	Imediato	5,54% a.a.	3.987	344
Sicredi	Invest Flex	Imediato	94,5% do CDI	-	101
Sicredi	Sicredi Invest Evolutivo	Imediato	94,5% do CDI	-	50
				3.987	495
				7.408	4.274

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate em prazo não superior a 90 dias.

7. Consumidores

Os valores a receber são principalmente provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da CERBRANORTE e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. O valor de energia elétrica não faturada é baseado em estimativa.

	<u>Saldos Vencidos</u>	<u>Vencidos</u>		<u>Total</u>	
		<u>até 90 dias</u>	<u>mais 90 dias</u>	 <u>2019</u>	 <u>2018</u>
Consumidores					
Residencial	2.542	426	215	3.183	2.796
Industrial	2.421	418	140	2.979	2.827
Comercial	1.469	161	83	1.713	1.510
Rural	2.303	132	24	2.459	1.961
Poder Público	139	-	-	139	121
Iluminação Pública	199	166	-	365	164
Serviços Públicos	80	-	-	80	65
Participação Financeira	169	-	-	169	98
Serviços Taxados/Outros	123	-	-	123	122
Parcelamentos					
Residencial	42	-	-	42	42
Industrial	753	-	-	753	886
Comercial	579	-	-	579	714
Rural	4	-	-	4	17
Poder Público	-	-	-	-	-
	10.823	1.303	462	12.588	11.323

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Em relação a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a respectiva estimativa de perdas é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial, vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias e das demais classes, vencidos há mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. São considerados todos os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência. O valor apurado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

	2019	2018
Consumidores		
Residencial	239	180
Industrial	161	129
Comercial	95	83
Rural	23	23
Soma	<u>518</u>	<u>415</u>
Outros Crédito		
Outras Provisões (1)	237	237
	<u>755</u>	<u>652</u>

(1) Valor registrado em outras provisões, são estimativas de perdas no recebíveis em poder de terceiros, que possuem convênios de arrecadação com a CERBRANORTE.

9. Outros Créditos

<u>Circulante</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Devedores Diversos		
Empregados	82	48
Adiantamento a Fornecedores	99	135
Titulo de Crédito a Receber	146	339
Programas PEE e P&D	711	537
	<u>1.038</u>	<u>1.059</u>
Outros Créditos		
Convênios Arrecadação	288	274
Subvenção CDE	1.697	3.211
Outros	236	206
	<u>2.221</u>	<u>3.691</u>
Soma do Circulante	<u>3.259</u>	<u>4.750</u>
Não Circulante - Realizável a Longo Prazo		
Outros Créditos		
Depósitos Vinculados a Litígios	<u>38</u>	<u>30</u>

Perdas por prescrição - Subsídios CDE

Desde os anos de 2002, conforme Lei 10.438/2002 foram implantados no Setor Elétrico os chamados “Subsídios Cruzados”, ou seja, os subsídios para a classe Rural, Residencial Baixa Renda, Subsídios a Geração de fontes ecológicas (PCHs conectadas em nossa rede) etc, eram suportadas por nossos consumidores das classes que não possuíam subsídio (maior fatia sobre a classe Residencial Normal).

Com a edição da Medida Provisória No. 605 de 23 de janeiro de 2013, foi transferido para o Encargo CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, a responsabilidade do pagamento deste subsídio, o qual seria rateado por todos os consumidores do Brasil.

Ocorre que, no período eleitoral houve uma redução tarifária determinada pela Presidência da República da época que, durante a transição, afirmou que iria arcar com tais subsídios pelo Tesouro Nacional, repondo os prejuízos das Distribuidoras até que os novos Subsídios fossem devidamente implementados através da conta centralizadora da CDE.

Infelizmente, este pagamento atrasou muito, e, sobre alguns períodos não ocorreu. No caso específico da CERBRANORTE, esta transição foi ainda mais complicada do que nas outras Empresas de Energia, uma vez que somos a única Permissionária do Brasil que é Supridora de outra Permissionária (CERAL ANITÁPOLIS).

A ANEEL, mesmo tendo apresentado boa vontade para com a CERBRANORTE, não pode efetuar a recuperação de todo o período após a completa implementação, uma vez que a regulamentação da Medida Provisória No. 605, permite um ano de valores previstos, e, um ano de ajustes de exercício anterior. Por esse motivo, sendo esgotadas todas as possibilidades de recuperação, a Administração, em obediência às Normas Contábeis Brasileiras e Internacionais (IFRS), reconheceu como perdas não operacionais o valor de R\$/mil 1.562, sendo que desses, R\$/mil 1.315 referem-se aos efeitos líquidos dos descontos incidentes sobre Suprimento à CERAL ANITÁPOLIS no período acima descrito. Caso não houvesse esse efeito dos anos 2013/2014 as sobras acumuladas deste ano seriam, no mínimo, R\$/mil 1.562 maiores para o presente balanço.

10. Impostos e Contribuições Sociais

	2019	2018
Ativo Circulante		
IRRF a Compensar	35	25
Contribuições Sociais a Recuperar	25	18
Demais Impostos Retidos	110	56
ICMS a Recuperar	39	26
	209	125
Ativo Não Circulante		
ICMS a Recuperar	79	36
	79	36
Passivo Circulante		
ISS PMBN a Recolher	1	8
ICMS a Pagar	1.568	157
INSS a Recolher	345	302
FGTS a Recolher	106	95
IRRF a Recolher	1	1
Contribuições Sociais na Fonte	1	1
PIS a Pagar	13	12
COFINS a Recolher	2	-
IRPJ a Pagar	41	39
CSLL a Pagar	25	23
	2.103	638

10.1. ICMS a Recuperar - Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens destinados a prestação do serviço da CERBRANORTE – Ativo Permanente (CIAP), instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

10.2. Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar - Os valores registrados como Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar referem-se a créditos de valores retidos na fonte e pagamento mensal por estimativa.

10.3. Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado anualmente com base no lucro real que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, e alterações subsequentes, da base de cálculo desses tributos. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 32.

11. Estoques

	2019	2018
Almoxarifado de Manutenção		
Condutores	56	80
Estruturas	155	162
Medidores	20	29
Capacitores	3	2
Chaves	19	23
Isoladores	39	80
Transformadores	11	13
Parafusos e Ferragens	42	33
Materiais Diversos	23	35
Sucata	1	4
	369	461

12. Despesas Pagas Antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente compreendem o valor das despesas com seguros para cobertura contra sinistro com veículos da frota e máquinas e equipamentos conforme descrito na nota 33, onde são apresentados as coberturas e os valores dos prêmios totais contratados.

Também correspondem a pagamentos antecipados de outras despesas apropriadas durante o exercício e até mesmo de encargos setoriais, como por exemplo o Proinfa, cujo pagamento é feito anteriormente a emissão da nota fiscal. A tabela abaixo corresponde ao saldo de despesas que ainda serão apropriadas após o fechamento do exercício de 2019.

	2019	2018
Ativos Regulatórios		
Itens Financeiros	103	4
Outros		
Outros Ativos - Prêmios de Seguros	61	68
	164	72

13. Ativos e Passivos Regulatórios - Componentes Financeiros da Tarifa

Os componentes financeiros da tarifa representam as diferenças temporárias nos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme normas do setor de energia elétrica e disposições da ANEEL.

A partir de 21 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de permissão, firmado entre ANEEL e CERBRANORTE, eliminaram-se as possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

	2019	2018
Ativos Regulatórios		
Circulante		
Em Constituição		
CDE - Neutralidade	174	92
IF - CUSD/Energia	645	595
Em Amortização		
IF - Ajuste Financeiro Revisão/Reajuste	1.183	1.370
	2.002	2.057
Passivos Regulatórios		
Circulante		
Em Constituição		
TFSEE - Neutralidade	5	4
CDE - Neutralidade	181	171
PROINFA - Neutralidade	44	27
Bandeiras Tarifárias	688	-
Em Amortização		
TFSEE - Neutralidade	-	5
PROINFA - Neutralidade	-	7
Ressarcimento PeD	-	209
IF DIC/FIC s/suprimento	35	-
	953	423

14. Ativo Indenizável (Permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 025/2008, de 28 de Novembro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a CERBRANORTE (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela CERBRANORTE.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da CERBRANORTE, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece

orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (a) Parcada estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e;
- (b) Parcada remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A mutação dos bens da permissão, representados pelo ativo intangível da permissão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo Intangível - Permissão	21.337	20.176
Soma do Intangível	21.337	20.176
Ativo Financeiro Indenizável	23.162	21.033
Soma do Financeiro	23.162	21.033
Ativo Financeiro Indenizável		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	18.201	
Transferência para Ativo Financeiro	2.832	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.033	
Transferência para Ativo Financeiro	2.129	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.162	

15. Investimentos

	<u>Participação</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Investimentos			
Participações Societárias			
Avaliadas pelo Custo			
Oficina Técnica Extremo Su	0%	22	22
Fecoerusc	0%	1	1
Sicredi	0%	-	-
CREDIVALE	0%	40	26
		63	49

16. Intangível

	<u>Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Valor Residual</u>	<u>Transf. Ativo Financeiro</u>	<u>Saldo</u>
Direito de uso da permissão	50.925	(9.777)	41.148	(21.033)	20.115
Outros Intangíveis	269	(208)	61	-	61
Saldo em 31 de dezembro de 2018	51.194	(9.985)	41.209	(21.033)	20.176
Direito de uso da permissão	55.680	(11.222)	44.458	(23.162)	21.296
Outros Intangíveis	269	(228)	41	-	41
Saldo em 31 de dezembro de 2019	55.949	(11.450)	44.499	(23.162)	21.337

16.1. Contrato de Permissão - O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da permissão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela CERBRANORTE, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

16.2. Obrigações Especiais - As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações é a data de término da permissão. Após o segundo ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, a característica destas obrigações sofreu modificação, tanto que o saldo das novas adições passou a ser amortizado contabilmente. A amortização é calculada com base na taxa média de depreciação dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

16.3. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment* - A CERBRANORTE tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, caso existam evidências claras de que a cooperativa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- Menor nível de unidade geradora de caixa: permissão detida;
- Valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil e;
- Apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

A administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da permissão de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição.

Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Com base nas premissas acima, a CERBRANORTE não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

16.4. Valor de Recuperação do Ativo Intangível (Vida Útil Definida) - A CERBRANORTE avaliou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

17. Empréstimos e Financiamentos

	2019	2018
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo		
BRDE - Banco Regional Desenv. Ext Sul	1.485	1.484
	1.485	1.484
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo		
BRDE - Banco Regional Desenv. Ext Sul	4.745	6.217
	4.745	6.217

Captação de recursos junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

- a) Financiamento contraído em 25 de fevereiro de 2014, conforme contrato SC-30.919, destinado a construção de uma subestação de 138 KV, com as seguintes características:
 Valor captado: R\$ 8.311 mil.
 Taxa de juros: 4,9% a.a.
 Período de amortização: 105 parcelas, sendo a primeira com vencimento em 15/07/2015 e a última parcela em 15/03/2024.
 Carência: início a partir de 15/06/2014 com juros calculados mensalmente e debitados em conta corrente.
 - b) Financiamento contraído em 30 de dezembro de 2013, conforme contrato SC-30.427 destinado a aquisição de equipamentos para a subestação de 138 KV, com as seguintes características:
 Valor captado: R\$ 4.006 mil.
 Taxa de juros: 3,5% a.a.
 Período de amortização: 96 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em 15/02/2016 e a última parcela em 15/01/2024.
 Carência: início a partir de 15/04/2014 com juros calculados mensalmente e debitados em conta corrente.
- Garantias: Para segurança do principal e demais obrigações dos referidos contratos, a CERBRANORTE dá em penhor de títulos de créditos, imóveis no valor de R\$ 1.050 mil, terrenos no

valor de R\$ 8.300 mil, e todos os recebíveis oriundos do fornecimento de energia elétrica no limite máximo do valor do contrato, a partir da data do contrato até a sua liquidação.

18. Fornecedores

	2019	2018
Suprimento de Energia Elétrica		
Celesc Distribuidora S.A.	5.006	5.186
	5.006	5.186
Material e Serviço		
Material e Serviço	697	1.468
	697	1.468
	5.703	6.654

19. Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	2019	2018
Folha de Pagamento		
Folha de Pagamento Líquida	291	259
Tributos e Contribuições Sociais Retidos	138	110
Consignação a Favor de Terceiros	16	22
	445	391
Provisões Trabalhistas		
Férias	662	546
	662	546
	1.107	937

As obrigações estimadas estão representadas pela Provisão para remuneração de férias e encargos sociais correspondentes.

20. Encargos do Consumidor a Recolher

	2019	2018
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	581	369
Taxa de Fiscalização - TFSEE	10	10
Bandeira Tarifárias	628	306
	1.219	685

21. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	FNDCT	MME	P&D	PEE	Total
Em 2017	-	-	143	658	801
Constituições	-	-	-	-	-
Juros Selic	-	-	9	37	46
Realização	-	-	-	-	-
Recolhimentos	-	-	-	-	-
Em 2018	-	-	152	695	847
Constituições	-	-	-	-	-
Juros Selic	-	-	9	2	11
Realização	-	-	-	-	-
Recolhimentos	-	-	-	-	-
Em 2019	-	-	161	697	858

22. Provisão para Contingências

	2019			2018		
	Valor da Provisão No Exercício	Acumulada	Depósito Judicial	Valor da Provisão No Exercício	Acumulada	Depósito Judicial
Provisões para Contingência -						
Longo Prazo						
Trabalhistas	(120)	-		85	120	
Cíveis e Terceiros	26	576	Sem dep.	(325)	602	Sem dep.
Fiscais/Tributárias	-	4.231	Sem dep.	-	4.231	Sem dep.
	(94)	4.807		(240)	4.953	

23. Outras Contas a Pagar

	2019	2018
Passivo Circulante		
Outras Contas a Pagar		
Consumidores	97	1.148
Outros	394	1.956
	491	3.104
Outros Passivo Não Circulante		
Outros Credores - Associados	536	536
	536	536

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital Social

24.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 2.715 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2019 (2.690 em 2018).

24.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas-partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 24.611 associados em 31 de dezembro de 2019 (23.582 em 2018).

24.2. Natureza e Finalidade das Reservas

24.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembléia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

24.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

24.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituída estatutariamente por 50% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembléia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

24.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembléia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	2019	2018
Resultado do Exercício	7.939	8.917
Destinações		
RATES	580	626
Reserva Legal	774	873
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	3.873	4.363
	5.227	5.862
Realização de Reservas		
RATES	242	405
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	704	488
	946	893
Sobras exercício anterior		
Sobras exercício anterior	3.948	-
	3.948	-
Sobras a Disposição da AGO	7.606	3.948

25. Ingresso/Receita Operacional

	2019	2018
a) Fornecimento/Suprimento de Energia Elétrica		
Residencial	9.471	8.174
Industrial	10.888	9.240
Comercial, Serviços e Outras Atividades	7.170	6.036
Rural	6.619	5.247
Poder Público	508	441
Illuminação Pública	951	856
Serviço Público	382	337
Renda Não Faturada	306	565
	36.295	30.896
b) Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		
Residencial	12.027	10.737
Industrial	13.485	12.708
Comercial, Serviços e Outras Atividades	8.362	7.422
Rural	7.592	7.235
Poder Público	672	625
Illuminação Pública	1.148	1.033
Serviço Público	355	327
	43.641	40.087
c) Receita de Construção	6.271	4.887
d) Outras Receitas Operacionais		
Uso Mútuo de Postes	205	224
Doações, Contribuições e Subvenções (¹)	10.144	10.009
Serviço Cobráveis	115	96
Outras Receitas	85	49
Efeitos da Revisão/Reajuste	-	-
	10.549	10.378
	96.756	86.248

(I) Doações, Contribuições e Subvenções

Subsídio - Água/Esgoto	87	83
Subsídio - Rural	4.212	4.314
Subsídio - Irrigante/Aquicultura	349	425
Subsídio - Distribuição	561	531
Subsídio - Geração Fonte Incentivada	71	65
Outras Doações	4.864	4.591
	10.144	10.009

26. Deduções da Receita/Ingresso

	2019	2018
Tributos Sobre a Receita		
PIS	1	-
COFINS	3	-
ICMS	16.888	14.934
ISS	5	-
	16.897	14.934
Encargos Setoriais		
Bandeiras Tarifárias	1.852	2.900
CDE	5.063	3.439
Outros	119	110
	7.034	6.449
	<u>23.931</u>	<u>21.383</u>

27. Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	PIS/COFINS	ICMS	Encargos do Consumidor	ISS	Receita Líquida
Em 2019						
Fornecimento de Energia Elétrica	36.295	(1)	(7.532)	(3.194)	-	25.568
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	43.641	(2)	(9.356)	(3.840)	-	30.443
Receita de Construção	6.271	-	-	-	-	6.271
Outras Receitas Operacionais	10.549	(1)	-	-	(5)	10.543
	96.756	(4)	(16.888)	(7.034)	(5)	72.825
Em 2018						
Fornecimento de Energia Elétrica	30.896	-	(6.500)	(2.807)	-	21.589
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	40.087	-	(8.434)	(3.642)	-	28.011
Receita de Construção	4.887	-	-	-	-	4.887
Outras Receitas Operacionais	10.378	-	-	-	-	10.378
	86.248	-	(14.934)	(6.449)	-	64.865

28. Dispêndios/Custos e Despesas

	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativa	Outras rec.(desp.) líquidas	Total
Em 2019 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(34.142)				(34.142)
Energia Elétrica Comprada p/Revenda - Proinfa	(1.168)				(1.168)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(7.240)				(7.240)
Pessoal e Administradores	(6.382)		(1.736)		(8.118)
Material	(1.070)		(243)		(1.313)
Serviços de Terceiros	(1.134)		(1.052)		(2.186)
Depreciação e Amortização	(1.655)		(181)		(1.836)
Custo de Construção	(6.271)		-		(6.271)
Outros Custos e Despesas	(387)	(104)	(254)	(1.965)	(2.710)
	(59.449)	(104)	(3.466)	(1.965)	(64.984)
Em 2018 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(29.095)				(29.095)
Energia Elétrica Comprada p/Revenda - Proinfa	(963)				(963)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(5.711)				(5.711)
Pessoal e Administradores	(5.574)		(1.343)		(6.917)
Material	(1.667)		(276)		(1.943)
Serviços de Terceiros	(1.153)		(686)		(1.839)
Depreciação e Amortização	(1.531)		(132)		(1.663)
Custo de Construção	(4.887)		-		(4.887)
Outros Custos e Despesas	(174)	(79)	(942)	(1.498)	(2.693)
	(50.755)	(79)	(3.379)	(1.498)	(55.711)

28.1. Custo de Construção – Corresponde aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, deve ser registrada como custo. Em contrapartida registra a receita correspondente, decorrente do direito de receber, via tarifa, o valor investido.

29. Detalhamento do Resultado Financeiro

	2019	2018
Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	86	29
Acrécimos Moratórios S/Fatura de Energia	678	674
Outras Receitas Financeiras	52	38
	816	741
(-) Despesas Financeiras		
Juros e Multas	652	914
IOF	3	2
	655	916
	161	(175)

30. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

30.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

30.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, todos no Estado de Santa Catarina.

30.3. Principais Clientes - As receitas provenientes de um cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2018 chegaram a perfazer um montante de R\$ 909,68 mil, representando cerca de 1,29 % do total das receitas da cooperativa.

31. Partes Relacionadas

A administração da cooperativa entende que os relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas estabelecidas em sua área de atuação não se caracterizam pelo interesse econômico, devido à ausência de controle através do capital social nas sociedades cooperativas.

O interesse do associado em relação à cooperativa restringe-se a obtenção do serviço e não a remuneração do investimento (capital), influência nas deliberações ou controle econômico, motivo pelo qual os relacionamentos com fornecedores de bens e serviços à cooperativa, por associados, são considerados como partes não relacionadas.

Pessoal chave da administração	2019			2018		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Presidência e Conselhos	-	-	140	-	21	505
Encargos Sociais	-	-	36	-	12	128
Outros	-	-	3	-	-	24
	-	-	179	-	33	657

32. Demonstração de Resultado para Efeito de Cálculo do IRPJ e CSLL

Demonstração de Resultado por Ato Cooperativo e Não Cooperativo – 2019

Contas	Operações com		Tributação Diferida	Total
	Associados	Terceiros		
1 - Receita Operacional Bruta	90.199	286	6.271	96.756
2 - Deduções da Receita Bruta	23.920	10	-	23.930
2.1 - Impostos e Contrib. Sobre a Receita	16.887	10	-	16.897
2.2 - Encargos Setoriais	7.033	-	-	7.033
3 - Receita Operacional Líquida (1-2)	66.279	276	6.271	72.826
4 – Custo do Serviço de Energia Elétrica	53.156	169	6.271	59.596
5 - (=) Resultado Operacional Bruto (3-4)	13.123	107	-	13.230
6 - Despesas Operacionais	5.377	(149)	-	5.228
Despesas Gerais e Administrativas	5.433	(45)	-	5.388
Despesas Menos Receitas Financeiras	(56)	(104)	-	(160)
7 – Result. Liq. Exerc. Antes Tributação (5-6)	7.746	256	-	8.002
8 - Tributos Incidentes Sobre o Resultado	-	63	-	63
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	40	-	40
Contribuição Social S/Lucro Líquido - CSLL	-	23	-	23
9- Resultado Líquido do Exercício 2019 (7-8)	7.746	193	-	7.939
Resultado Líquido do Exercício em 2018	8.727	190	-	8.917

33. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo a frota de veículos, máquinas, equipamentos e edificações da CERBRANORTE, conforme descrito a seguir:

Descrição do Bem	Vigência	Importância	Prêmio Total
Veículos			
Caminhões	29/05/2020	700	9
Utilitários e Automóveis	29/05/2020	2.200	16
		2.900	25
Máquinas e Equipamentos			
Subestação	26/08/2020	14.000	33
Religadores e Reguladores	19/09/2020	1.040	38
		15.040	71
Edificações			
Prédio Sede/Filial/Almoxarifados/Garagens	26/08/2020	3.150	7
		3.150	7
TOTAL		21.090	103

34. Contingências

34.1. Contingências Fiscais

34.1.1. INSS - Em 2008 a CERBRANORTE foi autuada pela Receita Federal do Brasil mediante auto de infração DEBCAD: 37.106.800-2 e DBCAD: 37.106.801-0, no valor de R\$ 364 mil. A autuação refere-se ao não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre a prestação de serviços na área da saúde em contratos firmados com a Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel Ltda. - Unimed de Tubarão.

A CERBRANORTE interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis – SC, em 28 de novembro de 2008, requerendo nulidade total do ato fiscal. A administração da cooperativa entende que o imposto não é devido, não tendo sido julgado até o encerramento do exercício.

A CERBRANORTE efetuou a provisão no valor das multas, reconhecendo integralmente seu valor no resultado do exercício.

Não foram atualizadas monetariamente por decisão do conselho de administração.

34.1.2. PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal - A Legislação Tributária Federal, notadamente com redação dada pela Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, e Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, com suas respectivas alterações subsequentes e vigentes, regulamentadas pelas Instruções Normativas - IN, da Secretaria da Receita Federal - SRF, nº 145, de 9 de dezembro de 1999, nº 247, de 21 de novembro de 2002, e nº 358, de 9 de setembro de 2003, estabelece que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento, a partir de 1º de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia, às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores ocorridos a partir de novembro de 1999.

Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF nº 635 dispondo sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei nº 10.684/2003, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos *valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados* da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, realizada pela Secretaria de Receita Federal, resultou a lavratura de auto de infração, protocolado em 9 de outubro de 2006, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de dezembro de 2000 a outubro de

2005. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com geração e distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 13 de novembro de 2006 a CERBRANORTE interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo. A CERBRANORTE destacou ainda em sua defesa a ausência dos valores correspondentes aos demais gastos, inclusive financeiros, a serviço do associado e a integralidade das sobras, entre as exclusões da base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal.

Diante do caráter inovador e dos aspectos formais do auto de infração, a CERBRANORTE reconheceu como possível sua materialização.

Em julgamento proferido em novembro de 2014 o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade em favor da incidência do PIS/COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais, decisão que poderá influenciar o entendimento da administração sobre a incidência dos tributos sobre as receitas da cooperativa.

A administração aguardará manifestação da Receita Federal do Brasil em relação aos valores notificados, caso a referida decisão influencie a cobrança para rever os procedimentos de mensuração da contingência.

Em 2015 observou-se que as cooperativas do mesmo ramo de atividade no estado de Santa Catarina foram novamente notificadas acerca da sua defesa que tramitava na esfera administrativa, sendo-lhes exigido o pagamento imediato dos valores notificados.

De acordo com a assessoria jurídica da CERBRANORTE, o principal argumento de defesa encontra-se superado em virtude de decisão do Supremo Tribunal Federal quanto a incidência do tributo sobre as receitas das cooperativas, porém, no que se refere a base material da notificação, no decorrer de 2017, a Cooperativa obteve êxito parcial no que se refere a base de cálculo dos tributos, no entanto, o fisco recorreu da decisão que beneficiou a CERBRANORTE.

Considerando-se, portanto, que no mérito a Cooperativa não logrou êxito e que a parte que lhes foi favorável ainda está sendo questionada pelo Fisco, a administração da CERBRANORTE, de forma conservadora, optou pelo reconhecimento da provisão do período de dezembro de 2000 à outubro de 2005, considerando no cálculo, o valor principal acrescido dos encargos de mora (multa e juros) e de ofício, até aquela data, cujo montante está contabilizado. Desde então, os juros incidentes não o saldo não foi atualizado.

Caso haja condenação à Cooperativa pelo pagamento desses tributos e, não cabendo mais recursos, deve-se considerar também que, além do montante já provisionado, serão devidos os

tributos retroativos aos últimos 05 anos a contar da data da decisão, acrescidos dos encargos de mora (multa e juros).

34.2. Contingências Cíveis – A CERBRANORTE mantém provisão de R\$ 576 mil referente a ações judiciais, sendo R\$ 26 mil provisionadas em revertidas em 2019.

35. Outras Informações

35.1 Subvenção CDE – Desconto Tarifário

Valor a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, para compensar os descontos aplicados nas tarifas do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605 de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.697 e de R\$ 3.211 em 31 de dezembro de 2018.

35.2. Reajuste Tarifário

Em setembro de 2018 a CERBRANORTE passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual - RTA, cujo resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.459, de 25 de setembro de 2018. O impacto tarifário final, percebido pelos consumidores, em relação ao reajuste tarifário anterior, constante da Resolução Homologatória nº 2.331, de 31 de outubro de 2017, foi de 10%.

35.3. Avais

Não existem avais concedidos em nome da CERBRANORTE em favor de funcionários, diretores, associados ou terceiros.

35.4. Balanço Social

As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e, portanto, não foram auditadas.

35.5. ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão

A CERBRANORTE elaborou as presentes demonstrações contábeis em consonância com o que determina a legislação societária. Para fins de melhor apuração do resultado da atividade regulada e em atendimento a Resolução ANEEL nº 396/2010, elaboramos também as Demonstrações

Contábeis Regulatórias as quais serão objeto de publicação específica e encaminhada à ANEEL juntamente com a Prestação Anual de Contas do exercício.

Braço do Norte (SC), 31 de dezembro de 2019.



Cristiano Orlandi
Administrador Judicial



Jairo Dircksen
Contador
CRC/SC-027913/0-4

3 - PARECER FISCAL PARA AS DEMONSTRAÇÕES SOCIETÁRIAS

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE - CERBRANORTE

CNPJ: 86.433.042/0001-31

NIRE: 42.4.000032-1

Braço do Norte, 28 de maio de 2020.

Declaro para os devidos fins, na qualidade de Administrador Judicial devidamente investido e sob supervisão do r. Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Braço do Norte nos autos do processo de n. 030044860.2019.8.24.0010, que a Cerbranorte não possui Conselho Fiscal em atividade, razão pela qual o parecer sobre as Demonstrações Financeiras quanto ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 excepcionalmente não será realizado ou apresentado para a Assembleia Geral.

Como livre manifestação da vontade, firmo o presente.

Cristiano Orlando
Administrador Judicial

4 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS



Vox Auditores Independentes S/S
Rua João Pessoa, 835 – sala 10/A
CEP 89036-000 Bairro Velha – Blumenau-SC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Cooperados e Administradores da
Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 22 e 34, em 09 de outubro de 2006 Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração contra a Cooperativa por suposta falta/insuficiência de recolhimento das contribuições para o PIS e a Cofins sobre o faturamento do período de dezembro de 2000 a outubro de 2005. Tendo em vista que em novembro de 2014 o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, pela incidência do PIS e da Cofins sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais, e, embora no exercício de 2017 a Cooperativa tenha obtido êxito parcial no que se refere à base de cálculo desses tributos, a Administração, de forma conservadora, optou por reconhecer contabilmente os valores apresentados no auto de infração, no montante de R\$ 3.866 mil, a título de provisão para contingências fiscais/tributárias.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira e como informação suplementar pelas IFRSs. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto

Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentados para fins de comparação foram auditados por outros auditores independentes, com emissão do relatório datado de 18 de janeiro de 2019, que não contele modificação.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 28 de fevereiro de 2020.



Jaimir Biff
Contador CRC (SC) nº 017.155/0-7



Vox Auditores
Independentes S/S
CRC (SC) nº 008488/O-5
CVM nº 1195-9

5 - RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

5.1 INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Associados,

Determinações legais e estatutárias orientam a submeter à apreciação o relatório das atividades do exercício de 2019.

Este deve vir acompanhado das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e comparadas aos exercícios anteriores.

O parecer dos auditores independentes compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado. Considerando a intervenção judicial oriunda do processo n. 0300448.60.2019.8.24.0010 da r. 2º Vara Cível da Comarca de Braço do Norte, que investiu uma Administração Judicial, excepcionalmente, quanto a este exercício, não haverá parecer do Conselho Fiscal, visto que o mesmo teve seu mandato encerrado em 31 de março de 2019.

A Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado – DVA são importantes instrumentos para divulgar o desempenho da Cerbranorte para a sociedade, associados e consumidores.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais da contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

A Administração

5.2 CENÁRIO

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte continua sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, utilizando conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses quase 58 anos de existência, para melhorar a qualidade no atendimento aos usuários conectados ao nosso sistema de distribuição.

Em 28 de novembro de 2008 a Cerbranorte assinou o contrato com a ANEEL, de nº 025/2008, onde adquiriu o status de permissionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A área de permissão atende principalmente os municípios de Braço do Norte e Rio Fortuna e pequenas áreas de Armazém, Grão Pará, Gravatal e Santa Rosa de Lima com um total de 521,96 Km². As responsabilidades da Cerbranorte incluem também o suprimento a Cooperativa de Distribuição de Energia de Anitápolis – CERAL, que atende os municípios de Santa Rosa de Lima e Anitápolis.

O mercado da Cerbranorte inclui, além do fornecimento de energia aos consumidores cativos e o suprimento à CERAL, a conexão com 04 PCHs e a distribuição do excedente da energia gerada por 01 PCH conectada ao sistema de distribuição da CERAL. Durante o ano de 2019, inúmeras microgerações de energia solar foram instaladas, nos diversos segmentos e classes de consumo deste mercado. Tudo isso, faz com que o corpo técnico da Cerbranorte esteja em constante desenvolvimento e capacitação para que possa planejar o sistema de distribuição e realizar os procedimentos administrativos internos dentro dos requisitos regulatórios, fiscais e econômicos adequados.

Em 2014, o aumento da produção das indústrias instaladas em nossa área de atuação motivou a concentração dos esforços na construção da subestação de 138kV, em terreno já adquirido anteriormente para esse fim, objetivando melhorar a qualidade e garantir o fornecimento aos associados e consumidores. A Cerbranorte está localizada em uma região fortemente caracterizada pelo microempreendedorismo. Isto garante um mercado sempre em expansão e pouco afetado pelas crises setoriais, uma vez que há grupos de pequenas indústrias em diversos segmentos como rural (suinocultura, avicultura, laticínios, frigoríficos), molduras, transformação de plásticos, mecânica industrial e alimentícias.

Os poucos recursos disponíveis e a necessidade de grandes investimentos na distribuição de energia têm limitado a participação da Cerbranorte em eventos, atividades e projetos sociais. Entretanto, o caráter cooperativista desta distribuidora, motiva o envolvimento nas principais atividades desenvolvidas nos municípios de sua área de permissão, como demonstrado no balanço social. Em 2016 a Cerbranorte aderiu ao PDGC – Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas, coordenado pelo SESCOOP -

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, como forma de aprimorar a gestão e buscar meios de contribuir com o desenvolvimento de seus cooperados, apesar da forte regulação do setor elétrico.

Em 2018, a CERBRANORTE renovou o certificado de Gestão da Qualidade com aplicação da NBR ISO 9001, agora na versão 2015, para toda a empresa. O escopo da certificação refere-se à distribuição de energia elétrica, apuração dos padrões de atendimento comercial e dos indicadores de continuidade individuais e coletivos e o tratamento às reclamações dos consumidores. O processo foi conduzido pela BrTÜV Avaliações da Qualidade S/A.

A baixa rotativa de funcionários é fruto da política de valorização do colaborador, qualificação constante e oferecimento de benefícios que motivam a permanência na empresa, além de contribuir para a satisfação no ambiente de trabalho.

Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria contínua, através da distribuição de energia com qualidade e continuidade, para atender os requisitos regulamentares do cliente e expectativas dos associados, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

5.3 Distribuição de Energia Elétrica

A CERBRANORTE distribui energia elétrica a 16.904 consumidores cativos, incluindo 04 Pequenas Centrais Hidrelétricas, de 6 municípios dos 295 de Santa Catarina, com predominância nos municípios de Braço do Norte e Rio Fortuna. Nenhum dos consumidores atendidos pela CERBRANORTE detém o status de Consumidor Livre.

Está incluído ainda nas responsabilidades da CERBRANORTE, o suprimento de energia à CERAL – Cooperativa de Distribuição de Energia de Anitápolis, que atende os municípios vizinhos de Santa Rosa de Lima e Anitápolis.

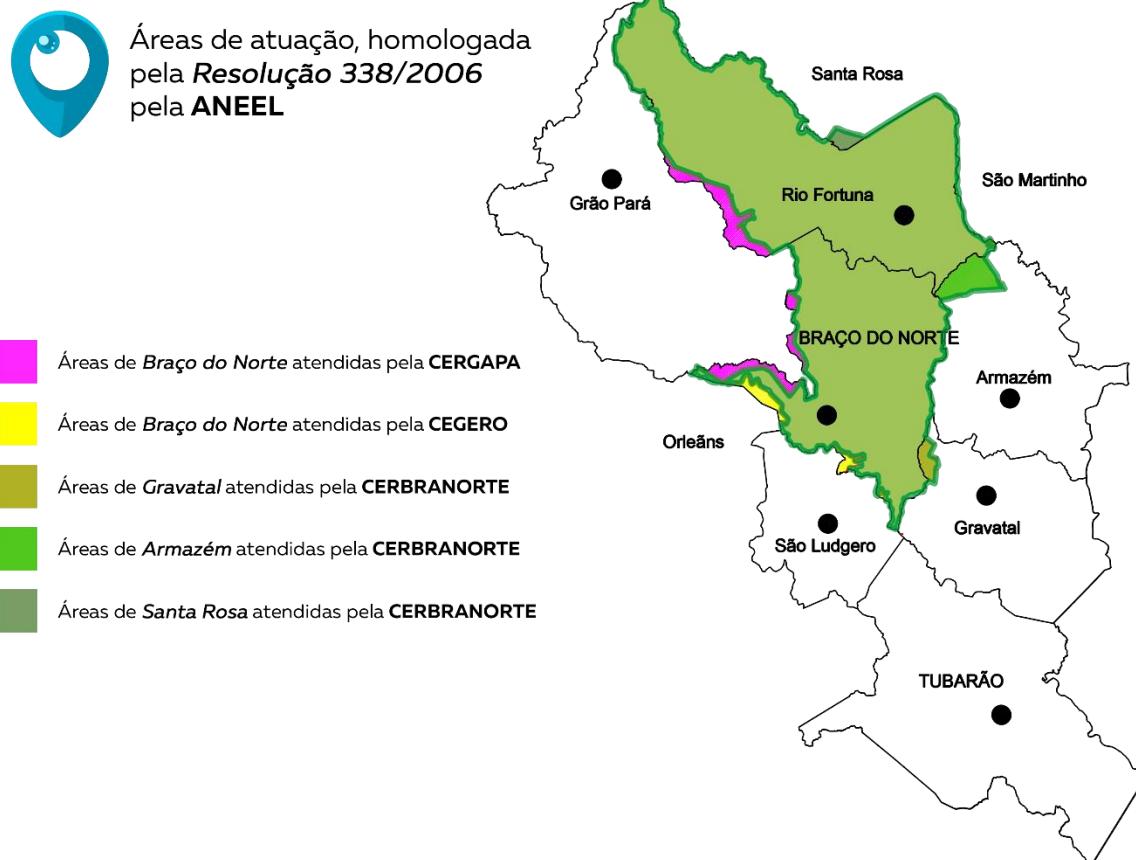


Figura 1 - Área de atuação da Cerbranorte

5.3.1 Ligações e total de consumidores

Foram realizadas, no ano, 799 ligações de energia, compreendendo, entre elas, 555 residenciais, 124 comerciais, 17 rurais, 1 serviço público e 102 industriais. Atualmente, 16.900 consumidores são atendidos pela CERBRANORTE, 1,30% superior ao de 2018.

Consumidores	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	10.460	10.650	10.844	11.099	11.315
Comercial	1.532	1.560	1.599	1.617	1.643
Industrial	612	670	699	727	714
Rural	3.039	3.047	3.082	3.071	3.068
Poderes Públicos	144	146	146	144	135
Iluminação Pública	2	2	3	3	3
Serviço Público	8	10	13	13	13
Outros	-	8	9	9	9
Total	15.797	16.093	16.395	16.683	16.900
Variação	2,78%	1,87%	1,88%	1,76%	1,30%

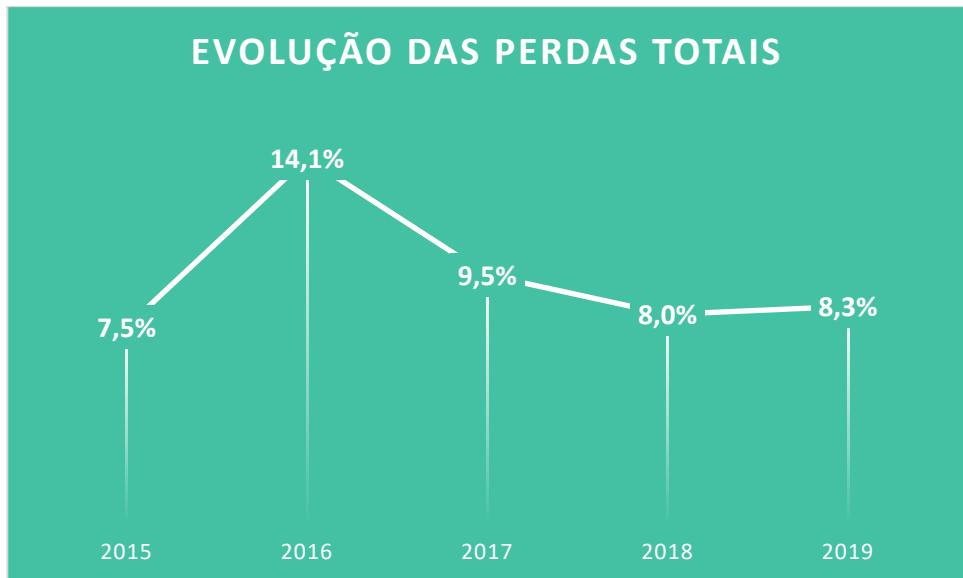
5.3.2 Comportamento do Mercado

A CERBRANORTE não possui geração de energia. Toda energia comercializada é adquirida através do suprimento da CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina e participação do Programa Governamental PROINFA.

As Pequenas Centrais Hidrelétricas conectadas na rede de distribuição da Cerbranorte comercializam a energia gerada diretamente no mercado livre. O mercado da microgeração de energia vem crescendo rapidamente, respondendo por 434 mil kWh injetados na rede da Cerbranorte em 2019.

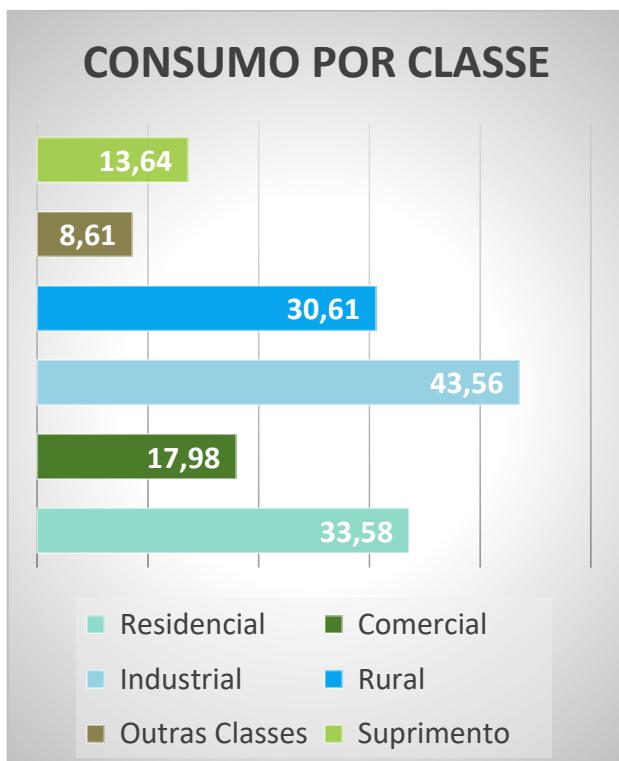
Balanço energético

Energia Requerida - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
Mercado Atendido	125,60	126,50	132,91	140,85	148,03
Fornecimento	115,61	115,46	122,05	128,12	134,34
Suprimento p/ agentes de distribuição	9,99	11,04	10,83	12,68	13,64
Consumidores Livres/Geração	-	-	0,04	0,05	0,05
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Pernas Totais na Distribuição	10,21	20,70	14,00	12,25	12,30
PNT / Energia Requerida (%)	1,5%	2,8%	1,9%	1,6%	1,5%
Perdas Totais / Energia Requerida (%)	7,5%	14,1%	9,5%	8,0%	8,3%
Total de Energia Requerida (GWh)	135,81	147,20	146,91	153,10	160,33



O consumo de energia elétrica na área de permissão da CERBRANORTE no ano 2019 foi de 134,34 Giga watts-hora, apresentando aumento de 5,10% em relação a 2018. As classes Residencial e Serviço Público foram os segmentos do mercado de distribuição da Cerbranorte com maior aumento no consumo em 2019, com média de 6,5% de acréscimo cada uma. A classe Rural apresentou o menor crescimento ficando apenas em 3,34%. O recadastramento dos consumidores rurais, realizado em atendimento a resolução normativa Aneel nº 800/2017, pode ter contribuído para a redução da energia distribuída nesta classe.

Adicionado à distribuição aos consumidores cativos, temos o suprimento à Ceral – Cooperativa de Distribuição de Energia de Anitápolis, totalizando um mercado de 148,03 GWh/ano.

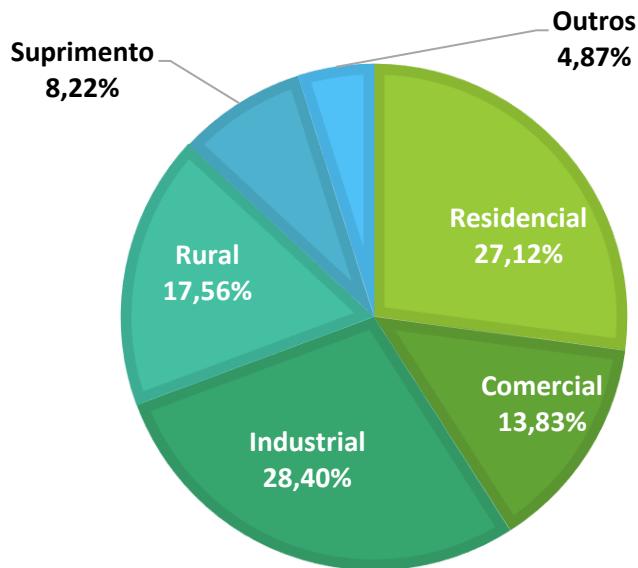


Mercado Atendido - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
Energia Faturada	125,60	126,50	132,87	140,80	147,98
Fornecimento Cativo	115,61	115,46	122,05	128,12	134,34
Residencial	28,44	30,38	30,87	31,56	33,58
Comercial	15,61	15,79	16,53	16,97	17,98
Industrial	39,97	37,01	39,48	41,83	43,56
Rural	24,65	25,12	27,43	29,62	30,61
Poderes Públicos	1,46	1,58	1,64	1,67	1,73
Iluminação Pública	4,60	4,58	5,04	5,03	5,32
Serviço Público	0,88	0,89	0,93	1,33	1,42
Consumo Próprio	0,00	0,11	0,12	0,11	0,13
Suprimento p/ agentes de distribuição	9,99	11,04	10,83	12,68	13,64
Uso da Rede de Distribuição	-	-	0,04	0,05	0,05
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	0,04	0,05	0,05
Total	125,60	126,50	132,91	140,85	148,03
Variação		0,72%	5,07%	5,97%	5,10%

5.3.3 Receita

Receita Líquida em R\$ Mil					
Classe		2019		2018	Var %
Residencial	27%	17.446,11	27%	15.436,04	13,02%
Comercial	14%	8.895,39	14%	7.853,24	13,27%
Industrial	28%	18.266,80	29%	16.467,12	10,93%
Rural	18%	11.296,06	18%	9.960,35	13,41%
Suprimento	8%	5.290,49	8%	4.268,64	23,94%
Outros	5%	3.130,64	5%	2.813,25	11,28%
Total		64.325,49		56.798,64	13,25%

RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES



A RECEITA DECORRENTE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO EXERCÍCIO DE 2019, LÍQUIDA DO ICMS, IMPORTOU EM R\$ 64,33 MILHÕES

5.3.4 Tarifas

A tarifa de energia elétrica é o preço definido e homologado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais, como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela distribuidora.

Para definição das tarifas a ANEEL utiliza metodologias de regulação por incentivo e preço limite (*price cap*). Nesse regime regulatório, o órgão regulador estabelece o preço a ser praticado para cada área de concessão ou permissão, conforme as características específicas de cada distribuidora.

Em 18 de julho de 2016 a CERBRANORTE assinou o terceiro termo aditivo ao contrato de permissão. Isto permitiu à CERBRANORTE pleitear, para a 2^a Revisão Tarifária, a receita requerida para sustentação dos custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B), conforme estabelecido no submódulo 8.4 do PRORET.

A Resolução Homologatória nº 2614 de 24 de setembro de 2019 aprovou o reajuste anual da Cerbranorte, com um efeito médio para o consumidor de 10%.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, considerando os impostos incidentes, em dezembro de 2019, atingiu R\$ 548,83/MWh, com aumento de 10,34% em relação a dezembro de 2018.

Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2019	2018
Residencial	638,68	599,14
Comercial	558,78	616,74
Industrial	660,23	524,42
Rural	463,20	421,30
Poderes Públicos	680,53	640,28
Iluminação Pública	394,55	375,35
Serviços Públicos	519,55	497,80
Média Geral	548,83	497,38

5.3.5 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2015	8,34	8,32	0,17
2016	8,74	8,40	0,18
2017	6,29	7,59	0,18
2018	7,65	5,34	0,18
2019	6,10	5,95	0,17

5.3.6 Atendimento ao consumidor

Durante o ano de 2019 a Cerbranorte atendeu a 23.410 solicitações de serviço dos consumidores. Um total de 796 ligações de energia foram feitas, de forma rápida e eficiente, comprovando o respeito e a agilidade que a Cerbranorte tem no atendimento aos seus cooperados.

Inúmeros pedidos de melhorias e ampliação no sistema de distribuição foram atendidos, aumentando a capacidade instalada para 102.317,5 kVA. Redes foram construídas, ampliando para 1.830 km o total de redes de distribuição de energia na área de permissão da Cerbranorte.

Os 02 postos de atendimento da Cerbranorte, ambos localizados na área central das cidades atendidas, funcionam de segunda a sexta-feira, 8h diárias, proporcionando fácil acesso ao consumidor para solicitar serviços e esclarecer dúvidas. Para facilitar a comunicação em qualquer hora e local, estão disponíveis para os consumidores, de forma gratuita, a comunicação via SMS e 0800.

O App Cerbranorte Virtual, disponível para download de forma gratuita na AppleStore e PlayStore e a Agência Virtual possibilitam, através da internet, o acesso a inúmeros serviços, além de informações detalhadas de cadastro e faturamento das Unidades Consumidoras. Redes sociais como Facebook, Instagram e WhatsApp, além do site, fornecem aos consumidores notícias sobre o dia a dia da Cerbranorte, facilitam a comunicação e trazem transparência para o consumidor.

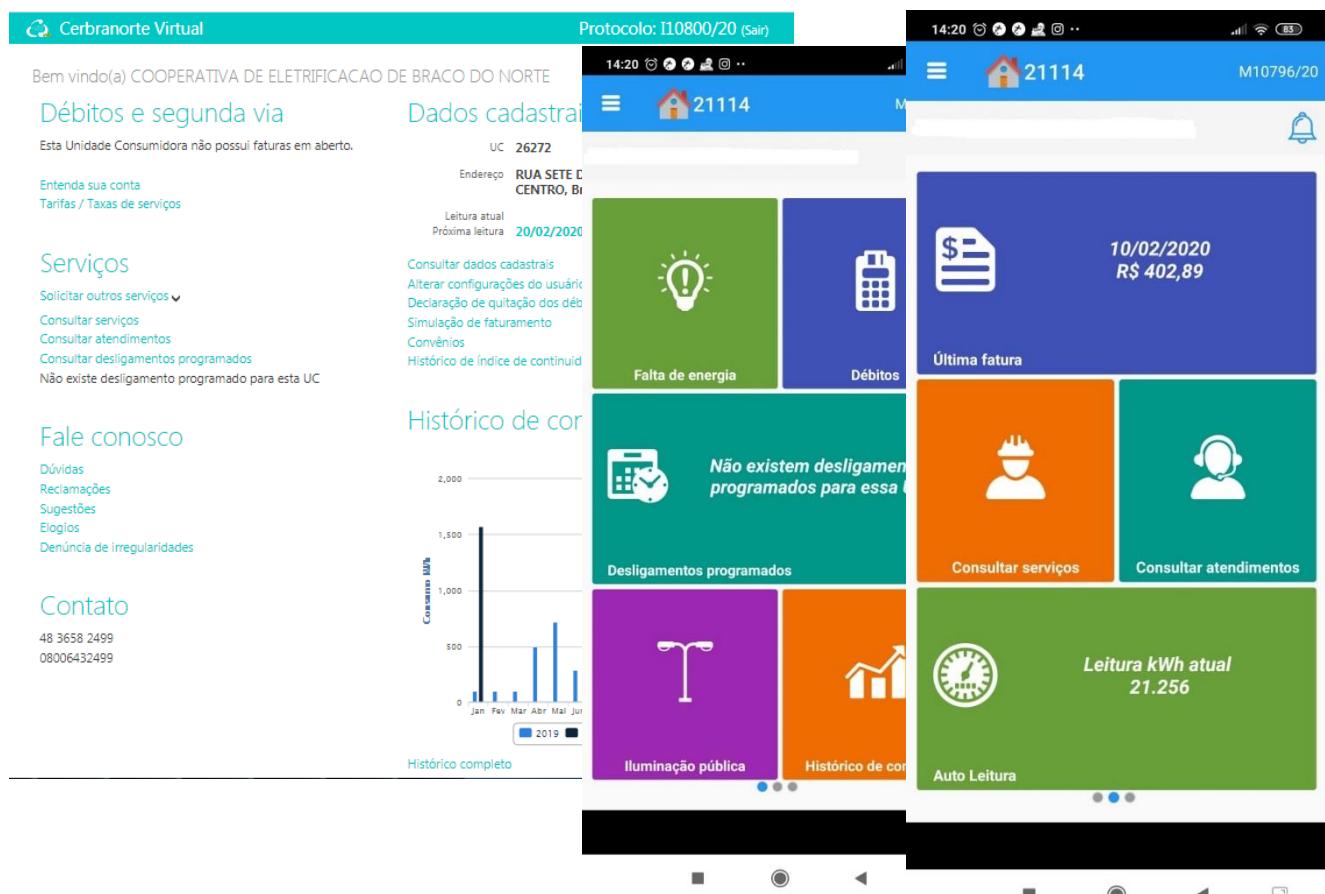


Figura 2 - Telas da Agência Virtual e App do Consumidor

5.3.7 Tecnologia da informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, que dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (software), redes de

computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Nossa equipe de manutenção de rede conta com equipamentos modernos, como sensores infravermelhos para identificar danos nas redes elétricas, possibilitando fazer a



manutenção preventiva do sistema de distribuição. Nossos reléguadores são automatizados, e conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrados remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia.

Para o consumidor ligado em Alta Tensão, existe ainda a opção de acompanhamento diário de seus dados de consumo através da Telemedição. Este sistema consiste na instalação de um equipamento no medidor de energia que, conectado à internet (chip de dados móveis), realiza a coleta em tempo real das leituras dos medidores das empresas do grupo A4 e envia para um servidor na nuvem. Este recurso também possibilita ao consumidor o acompanhamento em tempo real de dados de leitura, fator de potência, corrente e tensão, permitindo ao técnico da empresa consumidora o gerenciamento de perdas e curvas de carga, entre outras funcionalidades.

Em 2019 foram adquiridos ainda 05 computadores, 01 notebook e 04 tablets. A aquisição destes equipamentos proporcionou estender a todas as equipes de funcionários da Cerbranorte, a realização do atendimento às solicitações dos consumidores em tempo real. Atualmente, mais de 80% dos trabalhos realizados em campo, possuem comunicação em real time com os servidores da empresa e com os consumidores, através de SMS e notificações na Agência Virtual e App.

A modernização dos serviços prestados e o constante investimento em tecnologia para o desenvolvimento dos trabalhos da Cerbranorte, sistemas computacionais, servidores e treinamento de pessoal, tem propiciado resposta rápida às solicitações dos consumidores e transparência nos dados de faturamento para o consumidor.

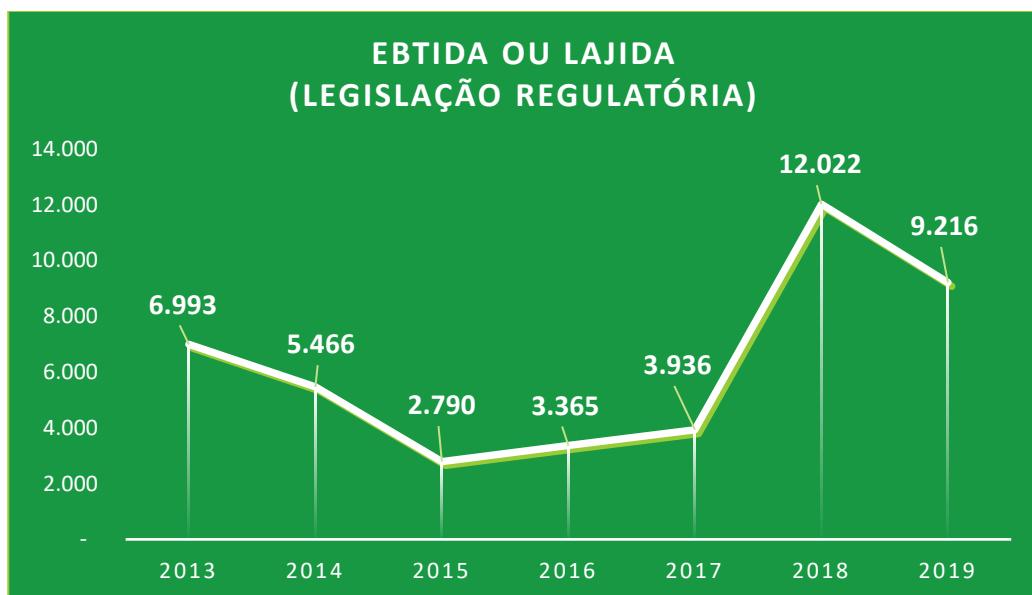
5.3.8 Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2019, as sobras líquidas à disposição para deliberação da assembleia foram de R\$ 3.658 (Reais/Mil). Comparado com R\$ 3.948 (Reais/Mil) de 2018 percebe-se uma redução de R\$

290 (Reais/Mil), representando um percentual de 7,35% em relação ao exercício anterior. Tal fato se dá pelos seguintes fatores:

- Um incremento 2,5 milhões no valor dos tributos e encargos setoriais;
- Um aumento no valor da compra de energia paga a Celesc de 6,78 milhões.

Os custos gerenciáveis totalizaram em 2019 R\$ 16,69 milhões contra R\$ 15,58 milhões em 2018, aumento de 7,12 % em relação ao exercício anterior. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 9.216 milhões, inferiores em 23,33% a 2018, período que apresentou o valor de R\$ 12.021 milhões. O gráfico a seguir demonstra esta variação:



Investimentos

Em 2019 os investimentos da Cooperativa totalizaram 4.546 (Reais/Mil). Destacam-se as obras realizadas para expansão e melhoria do sistema elétrico, as obras de melhoria e ampliação das redes para o município de Rio Fortuna, que objetivam atender o aumento de demanda deste município e do suprimento a CERAL – Cooperativa de Energia de Anitápolis. Merecem destaque também o investimento realizado na frota da CERBRANORTE, objetivando um melhor atendimento aos consumidores.

A seguir, o quadro dos investimentos concluídos e imobilizados no exercício:

	Investimentos - R\$ mil		
	2019	2018	Var %
Edificações	-	1.788	100,00
Obras, Ligações e Medições	4.120	3.030	35,97
Veículos	361	252	100,00
Equipamento Geral	65	30	116,67
Intangível	-	-	-
Total	4.546	5.100	(10,86)

O quadro abaixo demonstra a evolução e a projeção dos investimentos da Cerbranorte em suas redes de distribuição. Durante esse período foram feitas intervenções na rede de distribuição a fim de atender a demanda de novos consumidores, loteamento e melhorias para minimizar problemas de falta de energia causada por materiais e equipamentos depreciados e/ou avariados.

Evolução e Projeção dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2019				
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
AIS Bruto ¹	3.011	3.030	4.120	1.276	941	1.198	1.346	1.909
Transformador de Distribuição	692	575	723	265	280	317	350	433
Medidor	310	202	198	227	227	244	244	230
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	826	902	1.218	564	214	475	521	521
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.184	1.351	1.981	220	220	161	231	725
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	289	222	194	-	-	-	-	-

O quadro a seguir é a apresentação dos valores projetados pela Cooperativa no início de 2019 e enviados à ANEEL em 30 de abril de 2019. No quadro percebemos um investimento bem maior realizado do que o que era projetado para 2019. Essa diferença positiva, ou seja, é oriunda de obras necessárias e de uma gestão voltada a otimização do sistema de distribuição. Focando na correção de nível de tensão, a fim de garantir a continuidade, qualidade e confiabilidade do fornecimento elétrico.

R\$ Mil	2019R	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P
Plano de Investimentos 2019	4.120	1.276	941	1.198	1.346	1.909

R\$ Mil	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P
Plano de Investimentos 2018	2.507	1.906	2.082	1.049	1.280	1.666
Diferença	64,3%	-33,1%	-54,8%	14,1%	5,2%	14,6%

Captações de Recursos

Os investimentos de 2019 foram realizados com recursos próprios.

5.3.9 Valor Adicionado Regulatório

Em 2019, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERBRANORTE foi de R\$ 39.219 (Reais/mil), representando 43,39% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



5.3.10 Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a CERBRANORTE com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 5% de RATES - Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social e 5% para A Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria. Quanto ao Lucro com Atos não Cooperados, foi devidamente transferido para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, conforme previsto na Lei 5764/71 e na NBC T 10.8

5.3.11 Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2019, o Capital Social da CERBRANORTE era de R\$ 2.715 (Reais/mil), composto por 2.715 mil cotas representadas por 24.611 sócios.

A gestão cooperativista, norteada pela Lei 5764/1971, é baseada na premissa de que as principais decisões são tomadas em conjunto, em assembleia. Dessa forma, uma vez ao ano, em assembleia geral ordinária, a diretoria submete a aprovação dos associados as contas do exercício anterior e o plano de investimento para o próximo ano e a destinação das sobras líquidas do exercício.

A Cerbranorte realiza praticamente 100% dos investimentos com recursos próprios, não havendo assim a necessidade de desenvolver ações para despertar o interesse do mercado financeiro para captação de recursos.

5.4 Gestão

Administração: A administração da CERBRANORTE é gerida pelo Estatuto Social, em conformidade com a Lei 5764/71 que define a Política Nacional de Cooperativismo. A Assembleia Geral de associados é soberana e a ela está submetido todo o Conselho de Administração, a quem compete, dentro dos limites da lei e do Estatuto, atendidas as decisões e/ou recomendações da Assembleia Geral, planejar e traçar normas para as operações e serviços da CERBRANORTE, além de controlar seus resultados.

As atividades do Conselho de Administração e do Presidente, eleito para um mandato de quatro anos, com a possibilidade de uma única reeleição, são fiscalizadas pelo Conselho Fiscal, que se reúne mensalmente, para analisar saldos das contas, serviços e operações realizadas, estoques, manutenção da frota, empregados, entre outros.

Planejamento empresarial: O planejamento empresarial elaborado pela CERBRANORTE vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico. Gerir hoje envolve uma gama abrangente e diversificada de atividades. O gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições adversas e de cenários alternativos.

Atualmente o modelo de gestão das atuais cooperativas de infraestrutura tem funcionamento semelhante ao de uma empresa normal, cuja gestão é centralizada em poucas pessoas (a diretoria). O diferencial fica nas definições estatutárias, que no caso da CERBRANORTE, limita o mandato à quatro anos e restringi as ações da diretoria às decisões das assembleias. Mas o principal aspecto do cooperativismo é a gestão participativa, que valoriza e fortalece o associado e não a estrutura física. Nesta visão é importante ter sócios fortalecidos, com estrutura simples e ágil, a serviço dos associados. Atender as expectativas e necessidades dos associados é o foco da gestão.

Foi pensando assim que a Cerbranorte, ao final de 2015, aderiu ao PDGC – Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas, cuja metodologia é pautada no Modelo de Excelência da Gestão® (MEG), desenvolvido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), para ser um referencial na promoção da melhoria da qualidade da gestão. Além do PDGC, o Sistema de Gestão da Qualidade da Cerbranorte, cujo escopo abrange todos os processos da cooperativa, promovem, através da implementação da norma ISO 9001:2015 e aplicação das diretrizes da norma ISO 10002:2005, a adoção de boas práticas de gestão e de governança.

Essa concepção proporcionou a criação de um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças, identificar tendências, que, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas a serem submetidas à apreciação da assembleia geral ordinária em 2020.

Gestão pela qualidade total: A CERBRANORTE conquistou em 2010 o certificado ISO 9001, agora na versão 2015, atendendo as diretrizes da ISO 10.002:2005 para o escopo “Distribuição de energia elétrica, apuração dos padrões de atendimento comercial e dos indicadores de continuidade individuais e coletivos e o tratamento às reclamações de consumidores”, ampliando a aplicação do Sistema de Gestão da Qualidade a toda a empresa. O processo de certificação foi conduzido pela empresa BRTÜV Avaliações da Qualidade S.A., garantindo a qualidade deste processo. O atendimento personalizado, marca do sistema cooperativista, resulta em um número pequeno de reclamações por parte dos consumidores.

Atualmente, todas as operações no sistema elétrico são centralizadas e comandadas pelo COD – Centro de Operação de Distribuição, atendendo procedimentos padronizados, conferindo mais segurança no atendimento de solicitações, controle dos indicadores qualidade e continuidade, eficiência na prestação do serviço e qualidade no atendimento.

Recursos humanos: Em 2019 a CERBRANORTE investiu R\$ 86 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. De modo a manter a CERBRANORTE a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais, o plano de treinamento da CERBRANORTE é realizado com apoio do OCESC/SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. A educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de formação universitária, atingiu todos os empregados.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a CERBRANORTE vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Em 2019, foi dada continuidade ao desenvolvimento do Programa COOPERJOVEM, que visa, principalmente, difundir o cooperativismo e seus princípios para as crianças do 1º ao 9º ano escolar, em três escolas na área de atuação da cooperativa, contemplando 1900 aluno.

A CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes realiza reuniões mensais objetivando cumprir a Norma Regulamentadora Nº 05, com foco em identificar os riscos para cada função existente, fiscalizar o uso pelos colaboradores dos equipamentos de proteção e divulgar informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho. Tal abordagem tem também como objetivo solucionar os problemas de segurança e saúde.

A permissionária deu continuidade ao Programa Aprendiz Cooperativo, contratando 04 jovens ao todo, durante o ano de 2019. O programa visa cumprir com as exigências da Lei da Aprendizagem, além de oportunizar aos participantes um espaço para a aplicação do conhecimento teórico, através da prática e do acompanhamento dos responsáveis na empresa. Para a realização deste programa, a permissionária conta com a parceria do SESCOOP/SC, que subsidia os custos com a Entidade Formadora, neste caso, o SENAI/SC, outro parceiro da CERBRANORTE.

A CERBRANORTE em números

Operacionais	2019	2018	Var %
Número de subestações	1	1	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	1.830	1.772	3,27%
Capacidade instalada (MW)	103	98	5,10%

Mercado	2019	2018	Var %
Área de Permissão (Km ²)	510,22	510,22	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	35,50	32,00	10,94%
Distribuição direta (GWh)	148,53	140,85	0,00%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	548,83	497,38	10,34%
Residencial	638,68	599,14	6,60%
Comercial	558,78	616,74	-9,40%
Industrial	660,23	524,42	25,90%
Rural	463,20	421,30	9,95%
Suprimento	291,91	331,95	0,00%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes) (Dados IBGE Censo/2020)	25	25	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes) (Dados IBGE Censo/2020)	9	9	0,00%
DEC (horas)	6,10	7,65	-20,26%
FEC (número de interrupções)	5,95	5,34	11,42%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	7,63	6,53	16,83%

Atendimento	2019	2018	Var %
Número de consumidores	16.900	16.683	1,30%
Número de empregados	92	92	0,00%
Número de consumidores por empregado	184	181	1,30%
Número de localidades atendidas	6	6	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%
Financeiros	2019	2018	Var %
Receita operacional bruta (R\$ mil)	96.756	86.248	12,18%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	72.825	64.865	12,27%
Margem operacional do serviço líquida (%)	32,86%	32,97%	-0,32%
EBITDA OU LAJIDA	9.678	10.817	-10,53%
Lucro líquido (R\$ mil)	7.939	8.917	-10,97%
Lucro líquido por mil cotas	7.939	8.917	-10,97%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	42.721	34.757	22,91%
Valor patrimonial por cota R\$	42.721	34.757	22,91%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	18,58	25,66	-27,57%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	63,67	83,37	-23,63%
Em moeda nacional (%)	100	100	0,00%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%

Indicadores de Performance	2019	2018	Var %
Salário Médio dos Funcionários	3,28	2,96	10,81%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário (MWh)	1.614,45	1.530,98	5,45%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor (MWh)	8,79	8,44	4,10%
Retorno de ativos por unidade	0,24	0,22	10,64%

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte
CNPJ: 86.433.042/0001-31
Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2019 e 2018
Balanço Social

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Base de Cálculo	2019			2018		
Receita Líquida (RL)	72.825			64.865		
Resultado Operacional (RO)	7.841			9.154		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	7.939			6.916		
2 Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL
Encargos Sociais Compulsórios	2.105	26,51%	2,89%	1.926	27,85%	2,97%
Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia	174	2,19%	0,24%	172	2,49%	0,27%
Alimentação	821	10,34%	1,13%	744	10,76%	1,15%
Outros - Seguros	30	0,38%	0,04%	29	0,42%	0,04%
Total - Indicadores Laborais	3.130	39,43%	4,30%	2.870	41,50%	4,42%
3 Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL
Tributos (excluídos encargos sociais)	24.192	308,53%	33,22%	21.548	235,39%	33,22%
Total - Indicadores Sociais	24.192	308,53%	33,22%	21.548	235,39%	33,22%
4 Indicadores do Corpo Funcional	Em Unidades			Em Unidades		
Empregados ao final do período	92			92		
Admissões durante o período	6			11		
Demissões durante o período	7			9		
Empregados acima de 45 anos	32			32		
Mulheres que trabalham na empresa	15			19		
5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	6,4			5,9		
Número total de acidentes de trabalho	7			9		

Agradecimentos

Este Relatório Anual é o resultado da participação e do comprometimento de uma equipe.

Agradecemos aos profissionais da Cerbranorte que forneceram as informações necessárias para a elaboração do Relatório Anual 2019 e a todas as partes interessadas que participaram do desenvolvimento dos temas relevantes, contribuindo de alguma forma com este trabalho.

Aos associados das Cerbranorte, um agradecimento especial pelo apoio as atividades administrativas e sociais desenvolvidas em 2019 e compreensão àquelas que não foram parte do escopo desta administração.

Finalizo o ano com a certeza que a cooperativa está preparada para um novo ciclo de administração e para o cenário de mudanças e modernização que o setor eletrico vem vivenciando, pautada nos valores cooperativistas e no atendimento aos requisitos regulamentares.

Braço do Norte, 31 de dezembro de 2019.

A Administração.

6 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte
CNPJ no 86.433.042/0001-31
Balanço Patrimonial Regulatório em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Ativos		
Ativo Circulante	25.243	22.411
Caixa e equivalentes de caixa	7.408	4.274
Consumidores	12.082	10.920
Concessionárias e permissionárias	2	
Serviços em curso	711	537
Tributos compensáveis	209	125
Depósitos judiciais e cauções		
Almoxarifado operacional	369	461
Investimentos temporários		
Empréstimos		
Ativos regulatórios	2.002	2.057
Despesas pagas antecipadamente	164	72
Instrumentos financeiros derivativos		
Outros ativos circulantes	2.296	3.964
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	47.468	44.927
Consumidores		
Concessionárias e permissionárias		
Serviços em curso		
Tributos compensáveis	80	36
Depósitos judiciais e cauções	38	30
Investimentos temporários		
Empréstimos		
Tributos diferidos		
Ativos regulatórios		
Despesas pagas antecipadamente		
Bens e direitos para uso futuro		
Instrumentos financeiros derivativos		
Outros ativos não circulantes		
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço		
Público de Energia Elétrica	63	49
Imobilizado	47.246	44.751
Intangível	41	61
Total do ativo	72.711	67.338

Passivo

Passivo Circulante	13.919	14.772
Fornecedores	5.703	6.654
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.485	1.484
Obrigações sociais e trabalhistas	1.107	937
Benefício pós-emprego		
Tributos	2.103	638
Provisão para litígios		
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		
Encargos setoriais	2.077	1.532
Provisão para descomissionamento		
Passivos regulatórios	953	423
Provisão para uso do bem público		
Instrumentos financeiros derivativos		
Obrigações com associados		
Outros passivos circulantes	491	3.104
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	13.283	14.205
Fornecedores		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.745	6.217
Tributos		
Provisão para litígios	4.807	4.953
Encargos setoriais		
Provisão para descomissionamento		
Passivos regulatórios		
Instrumentos financeiros derivativos		
Obrigações com associados	536	536
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	3.195	2.499

Total do passivo	27.202	28.978
-------------------------	---------------	---------------

Patrimônio Líquido	45.509	38.360
Capital social	2.715	2.690
Reservas de capital	726	726
Outros resultados abrangentes	2.788	3.604
Reserva de sobras	31.674	27.392
Sobras à disposição da Assembleia	7.606	3.948

Total do patrimônio líquido	45.509	38.360
------------------------------------	---------------	---------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	72.711	67.338
---	---------------	---------------

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte
CNPJ no 86.433.042/0001-31

Demonstração do Resultado Regulatório do Exercício Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	90.195	81.088
Fornecimento de energia elétrica	33.848	28.863
Suprimento de energia elétrica	2.447	2.034
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	43.641	40.087
Serviços cobráveis	115	96
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	10.144	10.009
Outras receitas	-	-
Tributos	(16.897)	(14.934)
ICMS	(16.888)	(14.934)
PIS-PASEP	(1)	-
Cofins	(3)	-
ISS	(5)	(0)
Encargos - Parcela "A"	(7.033)	(6.449)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(5.063)	(3.439)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(119)	(109)
Outros encargos	(1.851)	(2.900)
Receita líquida / Ingresso líquido	66.265	59.705
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(42.550)	(35.769)
Energia elétrica comprada para revenda	(42.550)	(35.769)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	23.715	23.936

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(16.690)	(15.578)
Pessoal e administradores	(8.119)	(7.573)
Material	(1.314)	(1.943)
Serviços de terceiros	(2.185)	(1.839)
Arrendamento e aluguéis	(24)	(24)
Seguros	(104)	(93)
Doações, contribuições e subvenções	(81)	(183)
Provisões	43	161
(-) Recuperação de despesas	92	98
Tributos	(143)	(56)
Depreciação e amortização	(2.190)	(2.071)
Gastos diversos	(526)	(441)
Outras Receitas Operacionais	603	371
Outras Despesas Operacionais	(2.740)	(1.984)

Resultado da Atividade	7.025	8.358
-------------------------------	--------------	--------------

Equivalência patrimonial	-	-
---------------------------------	---	---

Resultado Financeiro	161	(175)
Despesas financeiras	(655)	(917)
Receitas financeiras	816	741

Resultado antes dos impostos sobre os lucros	7.186	8.182
---	--------------	--------------

Despesa com impostos sobre os lucros	(63)	(62)
---	-------------	-------------

Resultado líquido das operações em continuidade	7.123	8.120
--	--------------	--------------

Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-

Resultado líquido do exercício	7.123	8.120
---------------------------------------	--------------	--------------

Atribuível aos:

Acionistas controladores	7.123	8.120
Acionistas não controladores	-	-

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte

CNPJ no 86.433.042/0001-31

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de Sobras	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.667	726	4.400	20.900	1.523	30.217
Aumento de capital social						
Integralização de Quotas	23	-	-	-	-	23
Reversão de Reservas						
Por Disposição Legal e Estatutária	-	-	(797)	(894)	1.690	0
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	1.523	(1.523)	0
Destinações Estatutárias		-	-	5.863	(5.863)	(0)
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-
Complemento Ajuste Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	8.120	8.120
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.690	726	3.604	27.392	3.948	38.360
Aumento de capital social						
Integralização de Quotas	25	-	-	-	-	25
Reversão de Reservas						
Por Disposição Legal e Estatutária	-	-	(816)	(946)	1.762	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-
Destinações Estatutárias		-	-	5.227	(5.227)	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-
Complemento Ajuste Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	7.123	7.123
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.715	726	2.788	31.674	7.606	45.509

Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte

CNPJ: 86.433.042/0001-31

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
<u>Atividades Operacionais</u>		
Sobra Líquida do Exercício	7.123	8.121
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:	2.072	2.637
Depreciação e Amortização	2.285	2.165
Baixas do Imobilizado	(67)	712
Provisões no Exigível a Longo Prazo	(146)	(240)
Variações no Ativo	236	(2.109)
Consumidores	(1.163)	(1.306)
Concessionárias e permissionárias	(2)	-
Serviços em Curso	(174)	(460)
Tributos Compensáveis	(127)	86
Almoxarifado Operacional	91	(203)
Ativos regulatórios	55	(246)
Despesas Pagas Antecipadamente	(92)	78
Outros Ativos	1.647	(58)
Variações no Passivo	(159)	793
Fornecedores	(952)	(382)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	169	11
Tributos	1.466	(111)
Encargos Setoriais	544	(428)
Passivos regulatórios	531	313
Outros Passivos	(2.613)	938
Obrigações vinculadas à concessão	696	451
Total das Atividades Operacionais	9.272	9.441
<u>Atividades de Investimento</u>		
Aplicações no Intangível	-	-
Aplicações no Imobilizado	(4.693)	(5.329)
Total das Atividades de Investimento	(4.693)	(5.329)
<u>Atividades de Financiamento</u>		
Empréstimos e Financiamentos	(1.470)	(1.477)
Aumentos de Capital	25	23
Reversão de Reservas	-	-
Total das Atividades de Financiamento	(1.445)	(1.455)
Total dos Efeitos no Caixa	3.134	2.658
Saldo Inicial de Caixa	4.274	1.616
Saldo Final de Caixa	7.408	4.274
Variação no Caixa	3.134	2.658

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela CERBRANORTE é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Permissão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o Contrato de Permissão de Distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, nossa Permissão para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a CERBRANORTE pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a CERBRANORTE solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

A CERBRANORTE está autorizada a atender Consumidores Livres que são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da CERBRANORTE. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma Empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 33 a 36, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Segundo orientação do Órgão Regulador, a CERBRANORTE contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da CERBRANORTE, ajustada anualmente na data de aniversário do seu Contrato de Permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 28 de setembro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. Quando aplicável a Outorgada agrupa mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização;
- e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados

são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 28 de setembro de 2013 e ajustada em 31 de janeiro de 2014, com base em Laudo de Reavaliação, e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2012.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							Total 2019	Total 2018		
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA								
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos				
Fornecimento de Energia	10.814	-	1.303	19	57	385	(495)	12.082	10.920		
Residencial	1.927	-	425	15	35	165	(227)	2.341	2.062		
Industrial	2.793	-	418	1	13	126	(155)	3.194	3.250		
Comercial	1.745	-	161	4	6	73	(91)	1.898	1.859		
Rural	1.396	-	132	0	3	21	(22)	1.530	1.219		
Poderes Públicos	103	-	0	-	-	-	-	104	86		
Iluminação Pública	181	-	166	-	-	-	-	347	164		
Serviço Público	70	-	-	-	-	-	-	70	57		
Serviço Taxado	285	-	-	-	-	-	-	285	213		
Fornecimento Não Faturado	2.314	-	-	-	-	-	-	2.314	2.009		
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2	-	-	-	-	-	-	2	-		
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total	10.816	-	1.303	19	57	385	(495)	12.084	10.920		

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa considera os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2019 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	58.286	4.363	(1.067)	-	12.654	74.236	3.297	(20.066)	54.170	39.046	(2.091)	295	(1.795)
Terrenos	193	-	-	-	-	193	-	-	193	193	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	57.766	4.120	(1.067)	-	12.654	73.473	3.053	(19.990)	53.483	38.555	(2.091)	295	(1.795)
Veículos	289	237	-	-	-	526	237	(66)	460	268	-	-	-
Móveis e utensílios	38	7	-	-	-	44	7	(10)	34	30	-	-	-
Administração	3.391	58	-	-	-	3.449	58	(1.021)	2.428	2.539	-	-	-
Terrenos	18	-	-	-	-	18	-	-	18	18	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.234	-	-	-	-	2.234	-	(258)	1.975	2.050	-	-	-
Máquinas e equipamentos	680	29	-	-	-	708	29	(445)	263	300	-	-	-
Veículos	119	-	-	-	-	119	-	(111)	8	20	-	-	-
Móveis e utensílios	340	30	-	-	-	370	30	(207)	163	151	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	61.676	4.422	(1.067)	-	12.654	77.686	3.355	(21.088)	56.598	41.585	(2.091)	295	(1.795)

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	3.002	5.460	(4.457)	124	-	4.130	1.128	-	4.130	3.002	(1.400)	-	(1.400)
Máquinas e equipamentos	1.867	2.294	(4.135)	2.985	-	3.012	1.144	-	3.012	1.867	(1.400)	-	(1.400)
Outros	1.135	3.165	(322)	(2.860)	-	1.118	(17)	-	1.118	1.135	-	-	-
Administração	164	454	(58)	(124)	-	436	272	-	436	164	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	73	(29)	22	-	66	66	-	66	-	-	-	-
Outros	164	381	(30)	(146)	-	370	205	-	370	164	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	3.166	5.914	(4.515)	0	-	4.565	1.399	-	4.565	3.166	(1.400)	-	(1.400)
Total do Ativo Imobilizado	64.842	10.336	(5.582)	0	12.654	82.251	4.754	(21.088)	61.163	44.751	(3.490)	295	(3.195)

A composição do intangível é como segue :

Intangivel - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Liquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Liquido em 31/12/2019	Valor Liquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	103	-	-	-	-	103	-	(90)	13	25
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	103	-	-	-	-	103	-	(90)	13	25
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	165	-	-	-	-	165	-	(138)	28	36
Softwares	155	-	-	-	-	155	-	(138)	18	26
Outros	10	-	-	-	-	10	-	-	10	10
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	268	-	-	-	-	268	-	(228)	41	61
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	268	-	-	-	-	268	-	(228)	41	61

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Liquidas (A)-(B)+(C)
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil							
AIS Bruto	43.849	4.120	(1.067)	-	12.654	59.557	3.053
Transformador de Distribuição	4.918	723	(333)	-	1.023	6.331	390
Medidor	1.905	198	(39)	-	454	2.517	159
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	13.734	1.218	(134)	-	3.238	18.057	1.085
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	6.499	1.981	(220)	-	389	8.648	1.761
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	12.311	-	-	-	-	12.311	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	4.482		(341)	-	7.551	11.692	(341)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	1.903	194	(6)	-	-	2.091	187
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	1.397	194	(6)	-	-	1.584	187
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	506	-	-	-	-	506	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	56	-	-	-	-	56	-
Excedente de reativos	450	-	-	-	-	450	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

			2019		2018
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	3,43	60.423	(20.156)	40.267	39.071
Custo histórico	3,92	47.769	(10.290)	37.479	35.467
Reavaliação	3,05	12.654	(9.866)	2.788	3.604
Administração	8,02	3.614	(1.159)	2.455	2.575
Custo histórico	8,02	3.614	(1.159)	2.455	2.575
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	4.565	-	4.565	2.059
Distribuição	-	4.130	-	4.130	1.895
Administração	-	436	-	436	164
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ M	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/Amort ização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	-	169	-	-	-	-	169
Máquinas e Equipamentos	3.742	1.176	733		11	130	5.792
Móveis e Utensílios	17	56	-	-	-	-	72
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	77	59	-	-	-	-	137
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	3.836	1.460	733	-	11	130	6.170

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto 2015, são as seguintes:

Distribuição

Barra de capacitores	6,70
Chave de distribuição	6,70
Condutor do sistema	5,00
Estrutura do sistema	5,00
Regulador de tensão	4,80
Transformador	5,00

Administração central

Equipamento geral	10,00
Veículos	20,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta os procedimentos para a desvinculação, por iniciativa de agente setorial, de bens vinculados à prestação do serviço público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica ou à produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis, quando destinados à alienação, determinando que deverá ser depositado em conta bancária vinculada, aberta para esse fim.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1- Ampliação do CNT 02 - proc. 20.859/18	617
2- Ampliação do CNT 02 - proc. 10.988/18	417
3- 2 Caminhonetes c/ cesto - proc. 16.796/19	367
4- 1 Caminhoete c/ cesto - proc. 21.234/19	182
5- Substituição reguladores - proc. 31.067/19	114
6- Substituição condutores - proc. 19.618/18	100
7- Substituição regulador - proc. 8.081/19	74
8- Substituição condutores - proc. 19.678/18	72
9- Extensão rede AT - proc. 28.794/16	60
10- Construção rede dist. - proc. 8.299/18	56

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1- Substituição regulador - proc. 8.081/19	142
2- 3 Caminhonetes Strada - proc. 27.065/18	102
3- Substituição reguladores - proc. 31.067/19	65
4- Substituição regulador - proc. 1.964/19	43
5- Caminhote Bandeirante - proc. 389/20	40
6- Caminhonete Bandeirante - proc. 34.695/20	28
7- Substit. transformador-proc. 11.398/19	13
8- Substituição transformador-proc. 5.543/19	10
9- Relocar rede AT - proc. 29.221/17	8
10- Ret. p/ampliação CNT 02-proc. 20.859/18	8

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERBRANORTE não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2019.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A CERBRANORTE, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

A CERBRANORTE, por ter um mercado anual inferior a 500 GWh, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior ou inferior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária:

No ano de 2019 a CERBRANORTE não possuía em seus registros contábeis valor de diferimento de reposição tarifaria.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erências	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	2.057	3.937	(4.032)	11	-	1.974	1.329	645	1.974	-
Neutralidade da Parcela A	92	146	(92)		-	146	146		146	-
Diferimento de Reposição na RTP	-				-	-	-	-	-	-
Outros	1.965	3.792	(3.940)	11	-	1.828	1.183	645	1.828	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	2.057	3.937	(4.032)	11	-	1.974	1.329	645	1.974	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erências	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	422	1.383	(852)	-	-	953	265	688	953	-
Neutralidade da Parcela A	214	642	(626)	-	-	230	230	-	230	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	208	741	(226)	-	-	723	35	688	723	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	422	1.383	(852)	-	-	953	265	688	953	-

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador % a.a	Spread 4.20	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					
																2020	2021	2022	2023	2024	2025+ Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1.485	4.745	6.230												1.485	1.485	1.485	289	-	- 4.745
BRDE - SC 30.919	-	991	3.222	4.213	Sim	25/02/2014	Outras	TJLP	4.90	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/03/2024	Mensal	Outro, especif.no cronograma	991	991	991	248	-	- 3.222
BRDE - SC 30.427	-	494	1.524	2.018	Sim	31/12/2013	Outras	Outros	3.50	15/01/2020	Mensal	15/01/2020	15/01/2024	Mensal	Outro, especif.no cronograma	494	494	494	41	-	- 1.523
				-																	-
				-																	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	1.485	4.745	6.230	-	-	-	-	4.20	-	-	-	-	-	-	1.485	1.485	1.485	289	-	- 4.745
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1.485	4.745	6.230	-	-	-	-	4.20	-	-	-	-	-	-	1.485	1.485	1.485	289	-	- 4.745
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2018
Dívida Bruta	-	1.485	4.745	6.230	7.700
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	1.485	4.745	6.230	7.700
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrassetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrassetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-
Alta Liquidez	-	-	-	-	-
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	1.485,30	4.744,88	6.230,18	7.700,00

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A CERBRANORTE não possui imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2018 e 2019.

9. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais e regulatório	Outros	Total
Saldos em 31/12/2018	120	602	4.231	-	-	4.953
Constituição	-	-	-	-	-	-
Baixas/reversão	(120)	(26)	-	-	-	(146)
Atualização	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	-	576	4.231	-	-	4.807

9.1. Contingências Fiscais

9.1.1. INSS - Em 2008 a Cooperativa foi autuada pela Receita Federal do Brasil mediante auto de infração DEBCAD: 37.106.800-2 e DBCAD: 37.106.801-0, no valor de R\$ 364 mil. A autuação refere-se ao não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre a prestação de serviços na área da

saúde em contratos firmados com a Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel Ltda. - Unimed de Tubarão.

A Cooperativa interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis – SC, em 28 de novembro de 2008, requerendo nulidade total do ato fiscal. A administração da cooperativa entende que o imposto não é devido, não tendo sido julgado até o encerramento do exercício.

A Cooperativa efetuou a provisão no valor das multas, reconhecendo integralmente seu valor no resultado do exercício. Não foram atualizadas monetariamente por decisão do Conselho de Administração.

9.1.2. PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal - A Legislação Tributária Federal, notadamente com redação dada pela Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, e Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, com suas respectivas alterações subsequentes e vigentes, regulamentadas pelas Instruções Normativas - IN, da Secretaria da Receita Federal - SRF, nº 145, de 9 de dezembro de 1999, nº 247, de 21 de novembro de 2002, e nº 358, de 9 de setembro de 2003, estabelece que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento, a partir de 1º de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia, às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores ocorridos a partir de novembro de 1999.

Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF nº 635 dispondo sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei nº 10.684/2003, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos *valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados* da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, realizada pela Secretaria de Receita Federal, resultou a lavratura de auto de infração, protocolado em 9 de outubro de 2006, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de dezembro de 2000 a outubro de 2005. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com geração e distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 13 de novembro de 2006 a CERBRANORTE interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo. A CERBRANORTE destacou ainda em sua defesa a ausência dos valores correspondentes aos demais gastos, inclusive financeiros, a serviço do associado e a integralidade das sobras, entre as exclusões da base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal.

Diante do caráter inovador e dos aspectos formais do auto de infração, a CERBRANORTE reconheceu como possível sua materialização.

Em julgamento proferido em novembro de 2014 o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade em favor da incidência do PIS/COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais, decisão que poderá influenciar o entendimento da administração sobre a incidência dos tributos sobre as receitas da cooperativa.

A administração aguardará manifestação da Receita Federal do Brasil em relação aos valores notificados, caso a referida decisão influencie a cobrança para rever os procedimentos de mensuração da contingência.

Em 2015 observou-se que as cooperativas do mesmo ramo de atividade no estado de Santa Catarina foram novamente notificadas acerca da sua defesa que tramitava na esfera administrativa, sendo-lhes exigido o pagamento imediato dos valores notificados.

De acordo com a assessoria jurídica da CERBRANORTE, o principal argumento de defesa encontra-se superado em virtude de decisão do Supremo Tribunal Federal quanto a incidência do tributo sobre as receitas das cooperativas, porém, no que se refere a base material da notificação, no decorrer de 2017, a Cooperativa obteve êxito parcial no que se refere a base de cálculo dos tributos, no entanto, o fisco recorreu da decisão que beneficiou a CERBRANORTE.

Considerando-se, portanto, que no mérito a Cooperativa não logrou êxito e que a parte que lhes foi favorável ainda está sendo questionada pelo Fisco, a administração da CERBRANORTE, de forma conservadora, optou pelo reconhecimento da provisão do período de dezembro de 2000 à outubro de 2005, considerando no cálculo, o valor principal acrescido dos encargos de mora (multa e juros) e de ofício, até aquela data, cujo montante está contabilizado. Desde então, os juros incidentes não o saldo não foi atualizado.

Caso haja condenação à Cooperativa pelo pagamento desses tributos e, não cabendo mais recursos, deve-se considerar também que, além do montante já provisionado, serão devidos os tributos retroativos aos últimos 05 anos a contar da data da decisão, acrescidos dos encargos de mora (multa e juros).

9.2. Contingências Cíveis

A CERBRANORTE mantém provisão de R\$ 576 mil referente a ações judiciais, sendo R\$ 26 mil provisionadas em revertidas em 2019.

10. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador a às subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetaria Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	3,93%	1.584	-	-	1.584
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	3,93	1.297	-	-	1.297
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,93	287	-	-	287
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	3,93%	506	-	-	506
Ultrapassagem de demanda	3,93	56	-	-	60
Excedente de reativos	3,93	450	-	-	454
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	3,93%	(122)	-	-	(122)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	3,93	(104)	-	-	(104)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,93	(18)	-	-	(18)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	3,93%	(25)	-	-	(25)
Ultrapassagem de demanda	3,93	(3)	-	-	1
Excedente de reativos	3,93	(22)	-	-	(18)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	3,93%	1.943	-	-	1.943

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (a)		Transferênci as (c)		Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)		Valor Amortização Acum.	Valor Liquido em 31/12/2019	Valor Liquido em 31/12/2018
Obrigações Especiais - R\$ Mil											
Em serviço	1.397	194	(6)	-	-	1.584	187	(231)	1.354	1.224	
Participação Financeira do Consumidor	1.154	150	(6)	-	-	1.297	143	(194)	1.103	1.008	
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	243	44	-	-	-	287	44	(37)	250	216	
Outros	506	-	-	-	-	506	-	(65)	442	461	
Ultrapassagem de demanda	56	-	-	-	-	56	-	(7)	49	51	
Excedente de reativos	450	-	-	-	-	450	-	(57)	392	410	
(-) Amortização Acumulada - AIS	(173)	(58)	-	-	-	(231)	(58)	-	(231)	(173)	
Participação Financeira do Consumidor	(145)	(48)	-	-	-	(194)	(48)	-	(194)	(145)	
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(27)	(10)	-	-	-	(37)	(10)	-	(37)	(27)	
Outros	(45)	(20)	-	-	-	(65)	(20)	-	(65)	(45)	
Ultrapassagem de demanda	(5)	(2)	-	-	-	(7)	(2)	-	(7)	(5)	
Excedente de reativos	(40)	(18)	-	-	-	(57)	(18)	-	(57)	(40)	
Total	1.686	116	(6)	-	-	1.795	109	(295)	1.500	1.468	

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (a)	Baixas (b)	Transferênci as (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Liquido em 31/12/2019	Valor Liquido em 31/12/2018
Em Curso	118	247	(158)	0	-	207	405	-	207	118
Participação Financeira do Consumidor	11	-	(60)	77	-	28	17	-	28	11
Valores Pendentes de Recebimento	98	247	(98)	(77)	-	169	72	-	169	98
Valores Não Aplicados	10	-	-	0	-	10	0	-	10	10
Outros	696	499	(2)	-	-	1.193	501	-	1.193	696
Ultrapassagem de demanda	262	283	(2)	-	-	543	281	-	543	262
Excedente de reativos	434	217	0	-	-	650	217	-	650	434
Total	814	746	(160)	0	-	1.400	906	-	1.400	814

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1- Construção rede distribuição - proc. 8.299/18	42,11
2- Extensão rede AT - proc. 2.293/19	11,00
3- Construção rede trifásica - proc. 17.228/18	10,00
4- Trifaseamento de rede - proc. 19.391/18	10,00
5- Construção rede trifásica - proc. 24.967/18	7,00
6- Substituição transformador - proc. 3.278/19	7,00
7- Inst. transformador trifásico - proc. 27.623/18	6,00
8- Construção rede AT - proc. 17.210/18	5,00
9- Trifaseamento de rede - proc. 21.364/18	5,00
10- Inst. transformador trifásico - proc. 7.361/19	5,00

Não houveram baixas nas obrigações especiais no exercício de 2019.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital Social é representado por 2.690 Reais/mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 estava representado por 2.667 Reais/mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

	2019	2018
Capital Social	2.730	2.704
(-) Capital a Integralizar	(15)	(14)
Total	2.715	2.690

Reservas de Capital

	2019	2018
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Outras	726	726
Total	726	726

Outros Resultados Abrangentes

	2019	2018
Ajustes de Elementos do Ativo - Reservas de Reavaliação	2.788	3.604
Total	2.788	3.604

Reservas de Sobras

Reservas de Sobras

	2019	2018
Reserva legal	5.313	4.539
FATES	1.501	1.163
Fundo de Ampliação Manutenção e Melhoria	24.860	21.691
Total	31.674	27.392

Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia

	2019	2018
Sobras	7.606	3.948
(-) Perdas	-	-
Total	7.606	3.948

Natureza e Finalidade das Reservas

Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembléia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) : de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

Fundo de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituída estatutariamente por 50% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembléia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembléia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

12. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	16.895	16.678	134.336	128.091	76.330	67.991
Residencial	11.315	11.099	33.717	31.667	21.585	19.069
Industrial	718	731	43.561	41.831	24.471	22.132
Comercial	1.643	1.617	17.978	16.938	11.974	10.553
Rural	3.068	3.071	30.608	29.624	14.268	12.587
Poder público	135	144	1.734	1.666	1.185	1.076
Iluminação pública	3	3	5.320	5.031	2.107	1.904
Serviço público	13	13	1.418	1.334	740	670
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	5	5	13.698	12.729	4.048	3.442
Consumidores Cativos	-	-	-	-	1.537	1.354
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	4	4	57	49	63	55
Permissionárias	1	1	13.641	12.680	2.447	2.034
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(498)	(329)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(281)	(164)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativo	-	-	-	-	(217)	(165)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulat	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não fatura	-	-	-	-	10.315	9.984
Constituição e Amortiz - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(0)	(0)
Constituição e Amortiz - Demais Ativos e Passivos						
Financeiros Setoriais	-	-	-	-	56	(121)
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	115	96
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	10.144	10.009
Total	16.900	16.683	148.034	140.820	90.195	81.088

13. COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2018 e 2019, a Permissionária não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2019	2018
Pessoal	7.940	6.916
Remuneração	4.993	4.299
Encargos	1.919	1.628
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	138	119
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	889	870
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	-	-
Administradores	179	656
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	176	633
Benefícios dos administradores	3	24
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	8.118	7.573

15. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	7.186	8.182
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(63)	(62)
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(63)	(62)

16. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

17.1 REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

Em 28 de março de 2016, foi publicada a Resolução Normativa nº 704, de 22 de março de 2016, que estabeleceu nova metodologia de cálculo para reajustes e revisões. Esta nova metodologia prevê a opção de alteração da cláusula décima quarta do Contrato de Permissão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, por meio da assinatura de Termo Aditivo. A Resolução definiu, também, uma nova data para a revisão, 30 de setembro de 2016.

Em 18 de julho de 2016 a CERBRANORTE assinou o terceiro termo aditivo ao Contrato de Permissão, passando a ter, então, sua Revisão Tarifaria regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Neste sentido, a CERBRANORTE, após estudos da necessidade orçamentária, pleiteou sua Receita Requerida para os custos gerenciáveis associados diretamente ao segmento de distribuição (Parcela B).

Em 27 de setembro de 2016, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.147, ocorreu o Segundo Ciclo de Revisão Tarifária. Este Ciclo resultou em efeito médio a ser percebido pelos consumidores de -1,46% negativo. A próxima revisão tarifária da CERBRANORTE, acontecerá no ano de 2020.

17.2 REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as tarifas de fornecimento e uso do sistema de distribuição são reajustadas de modo a recuperar a receita da permissionária decorrente da aplicação do Índice de Reajuste Tarifário (IRT), calculado de acordo com fórmula paramétrica que consta do Contrato de Permissão nº 25/2008 e com a metodologia e procedimentos estabelecidos pelo Módulo 8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.614, de 24 de setembro de 2019, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da CERBRANORTE, resultantes do processo de reajuste tarifário de 2019, cujo efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes suprido é de 10%, sendo de 8,36%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 10,96%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

O processo de Reajuste Tarifário Anual de 2019, calculado pela ANEEL, para aplicação a partir de 30 de setembro de 2019, resultou numa variação total de receita de 3,59%, sendo 8,23% relativo ao cálculo econômico e - 4,64% negativos referente aos componentes financeiros pertinentes, tendo como base o processo de 2018.

17.3. RESUMO DA REVISÃO TARIFÁRIA (OU REAJUSTE TARIFÁRIO)

Aplicando-se as metodologias aplicáveis e os procedimentos a serem utilizados nos Reajuste Tarifário Anual e Revisão Tarifária Periódica das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica que optaram pelo submódulo 8.4 do PRORET, o resultado do Reajuste Tarifário Anual 2019 da CERBRANORTE, aprovado pela Resolução Homologatória 2.614/2019, é demonstrado na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida - Parcela A (energia requerida, custos de transporte e encargos setoriais), Parcela B (custos operacionais, remuneração e outros) - comparando a receita verificada na data de referência anterior (DRA) com a receita prevista na data do reajuste em processamento (DRP), e os componentes financeiros:

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Variação	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	5.947.205,40	8.329.072,15	40,05%	3,39%	10,95%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	122.849,66	125.164,38	1,88%	0,00%	0,16%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	4.693.736,05	6.969.706,74	48,49%	3,24%	9,16%
PROINFA	1.130.619,68	1.234.201,03	9,16%	0,15%	1,62%
ENERGIA COMPRADA	31.865.266,85	34.459.999,77	8,14%	3,69%	45,30%
Energia	31.865.266,85	34.459.999,77	8,14%	3,69%	45,30%
TRANSPORTE DE ENERGIA	6.293.992,80	6.554.731,08	4,14%	0,37%	8,62%
Uso do sistema de distribuição	6.293.992,80	6.554.731,08	4,14%	0,37%	8,62%
Total de Parcela A	44.106.465,04	49.343.803,00	11,87%	7,45%	64,87%
Total de Parcela B	26.175.451,74	26.724.785,36	2,10%	0,78%	35,13%
Variação econômica				8,23%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasso de PIS COFINS	1.774.722,35			2,53%	
Neutralidade Encargos Setoriais	(345.380,45)			-0,49%	
Compensação DIC FIC	(52.978,10)			-0,08%	
Subvenção CDE	(4.635.095,89)			-6,60%	
Total Financeiros	-	3.258.732,09		-4,64%	
Variação econômica e financeira				3,59%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				4,80%	
Efeito da alteração dos descontos tarifários subsidiados pela CDE				1,61%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				10,00%	

18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a CERBRANORTE seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a CERBRANORTE seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

Descrição	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		25.244	-	25.244	22.411	-	22.411
Caixa e equivalentes de caixa		7.408	-	7.408	4.274	-	4.274
Consumidores	18.1	12.083	-	12.083	10.920	-	10.920
Concessionárias e permissionárias		2	-	2		-	
Serviços em curso		711	-	711	537	-	537
Tributos compensáveis		209	-	209	125	-	125
Depósitos judiciais e cauções		-			-	-	
Almoxarifado operacional		369	-	369	461	-	461
Investimentos temporários		-			-	-	
Empréstimos		-			-	-	
Ativos financeiros setoriais	18.2	2.002	-	2.002	2.057	-	2.057
Despesas pagas antecipadamente		164	-	164	72	-	72
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação		-			-	-	
Instrumentos financeiros derivativos		-			-	-	
Outros ativos circulantes		2.296	-	2.296	3.964	-	3.964
Ativo não circulante		47.467	2.788	44.679	44.927	3.604	41.323
Consumidores		-			-	-	
Concessionárias e permissionárias		-			-	-	
Serviços em curso		-			-	-	
Tributos compensáveis		79	-	79	36	-	36
Depósitos judiciais e cauções		38	-	38	30	-	30
Investimentos temporários		-			-	-	
Empréstimos		-			-	-	
Tributos diferidos		-			-	-	
Ativos financeiros setoriais	18.2	-			-	-	
Despesas pagas antecipadamente		-			-	-	
Bens e direitos para uso futuro		-			-	-	
Instrumentos financeiros derivativos		-			-	-	
Outros ativos não circulantes	18.3	(23.162)		23.162		(21.033)	21.033
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		63	-	63	49	-	49
Imobilizado	18.4	47.246	47.246	-	44.751	44.751	-
Intangível	18.5	41	(21.296)	21.337	61	(20.115)	20.176
Total do ativo		72.711	2.788	69.923	67.338	3.604	63.734

Passivo							
Passivo circulante		13.919	-	13.919	14.772	-	14.772
Fornecedores		5.703	-	5.703	6.654	-	6.654
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.485	-	1.485	1.484	-	1.484
Obrigações sociais e trabalhistas		1.107	-	1.107	937	-	937
Benefício pós-emprego		-					
Tributos		2.103	-	2.103	638	-	638
Provisão para litígios		-					
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-					
Encargos setoriais		2.077	-	2.077	1.532	-	1.532
Provisão para descomissionamento		-					
Passivos financeiros setoriais	18.2	953	-	953	423	-	423
Provisão para uso do bem público		-					
Passivos de operações descontinuadas		-					
Instrumentos financeiros derivativos		-					
Obrigações com associados		-					
Outros passivos circulantes		491	-	491	3.104	-	3.104
Passivo não circulante		13.283	-	13.283	14.205	-	14.205
Fornecedores		-					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		4.745	-	4.745	6.217	-	6.217
Benefício pós-emprego		-					
Tributos		-					
Provisão para litígios		4.807	-	4.807	4.953	-	4.953
Encargos setoriais		-					
Provisão para descomissionamento		-					
Tributos diferidos		-					
Passivos financeiros setoriais	18.2	-					
Provisão para uso do bem público		-					
Instrumentos financeiros derivativos		-					
Obrigações com associados		536	-	536	536	-	536
Outros passivos não circulantes		-					
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	18.6	3.195	-	3.195	2.499	-	2.499
Total do passivo		27.202	-	27.202	28.978	-	28.978

Patrimônio líquido		18.8					
Capital social		2.715	-	2.715	2.690	-	2.690
Reservas de capital		727	-	727	726	-	726
Outros resultados abrangentes		2.788	2.788		3.604	3.604	
Reservas de lucros		-					
Recursos destinados a aumento de capital		-					
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-					
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-					
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-					
Participação de Não Controladores		-					
Reserva de sobras		31.673	-	31.673	27.392	-	27.392
Sobras à disposição da Assembleia	18.9	7.606	-	7.606	3.948	-	3.948
Perdas não cobertas pelos cooperados		-					
Participação de não controladores		-					
Total do patrimônio líquido		45.509	2.788	42.721	38.360	3.604	34.757
Total do passivo e do patrimônio líquido		72.711	2.788	69.923	67.338	3.604	63.734

	Nota	Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatóri o	Ajustes	Societario
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso	18.7	90.195	(6.271)	96.466	81.088	(4.887)	85.975
Fornecimento de energia elétrica		33.848	-	33.848	28.863	-	28.863
(-) Transferências		-	-			-	-
Suprimento de energia elétrica		2.447	-	2.447	2.034	-	2.034
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-			-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		43.641	-	43.641	40.087	-	40.087
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		-	-			-	-
Serviços cobráveis		115	-	115	96	-	96
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		10.144	-	10.144	10.009	-	10.009
Outras receitas vinculadas			(6.271)	6.271		(4.887)	4.887
Tributos		(16.897)	-	(16.897)	(14.934)	-	(14.934)
ICMS		(16.888)	-	(16.888)	(14.934)	-	(14.934)
PIS-PASEP		(1)	-	(1)		-	
Cofins		(3)	-	(3)		-	
ISS		(5)	-	(5)	(0)	-	(0)
Encargos - Parcela "A"		(7.033)	-	(7.033)	(6.449)	-	(6.449)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D			-			-	
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(5.063)	-	(5.063)	(3.439)	-	(3.439)
Programa de Eficiência Energética – PEE			-			-	
Taxa de fiscalização		(119)	-	(119)	(109)	-	(109)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			-			-	
Outros encargos		(1.851)	-	(1.851)	(2.900)	-	(2.900)
Receita líquida / Ingresso líquido		66.265	(6.271)	72.536	59.705	(4.887)	64.592
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(42.550)	-	(42.550)	(35.769)	-	(35.769)
Energia elétrica comprada para revenda		(42.550)	-	(42.550)	(35.769)	-	(35.769)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa			-	-		-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição			-			-	
Encargos e Demais Despesas Setoriais			-			-	
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica			-			-	
Combustíveis							
Resultado antes dos custos gerenciáveis		23.715	(6.271)	29.986	23.936	(4.887)	28.823
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(16.690)	5.455	(22.145)	(15.578)	4.090	(19.668)
Pessoal e administradores (inclui 640,43 de remuneração a administradores)		(8.119)	-	(8.119)	(7.573)	-	(7.573)
Entidade de previdência privada			-			-	
Material		(1.314)	-	(1.314)	(1.943)	-	(1.943)
Serviços de terceiros		(2.185)	-	(2.185)	(1.839)	-	(1.839)
Arrendamento e aluguéis		(24)	-	(24)	(24)	-	(24)
Seguros		(104)	-	(104)	(93)	-	(93)
Doações, contribuições e subvenções		(81)	-	(81)	(183)	-	(183)
Provisões		43	-	43	161	-	161
Recuperação de despesas		92	-	92	98	-	98
Tributos		(143)	-	(143)	(56)	-	(56)
Depreciação e amortização		(2.190)	(354)	(1.836)	(2.071)	(409)	(1.663)
Gastos diversos da atividade vinculada		(526)	6.271	(6.797)	(441)	4.887	(5.328)
Outras Receitas Operacionais		603	-	603	371	-	371
Outras Gastos Operacionais		(2.740)	(461)	(2.279)	(1.984)	(388)	(1.596)
Resultado da Atividade		7.025	(816)	7.841	8.358	(797)	9.154
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		161	-	161	(175)	-	(175)
Despesas financeiras		(655)	-	(655)	(917)	-	(917)
Receitas financeiras		816	-	816	741	-	741
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		7.186	(816)	8.002	8.182	(797)	8.979
Despesa com impostos sobre os lucros		(63)	-	(63)	(62)	-	(62)
Resultado líquido das operações em continuidade		7.123	(816)	7.939	8.120	(797)	8.917
Operações descontinuadas							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		7.123	816	7.939	8.120	797	8.917

18.1 CONSUMIDORES

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Não houveram ajustes em ativos e passivos financeiros setoriais.

18.3 ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4 IMOBILIZADO

18.4.1 REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA

Os ajustes são decorrentes da reavaliação regulatória compulsória do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, determinada pela Resolução Normativa 396/2010 e não aceito na contabilidade societária.

18.4.2 DEPRECIAÇÃO

Os ajustes são decorrentes da reavaliação regulatória compulsória do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, determinada pela Resolução Normativa 396/2010 e não aceito na contabilidade societária.

18.5 INTANGÍVEL

18.5.1 REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2 DEPRECIAÇÃO

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6 OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Os ajustes são decorrentes da aplicação da Res. 396/2010, artigo 2, inciso 4º, que estabelece a transferência do saldo da Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica para o ativo intangível.

18.6.1 REAVALIAÇÃO COMPULSÓRIA

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2 AMORTIZAÇÃO

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. EFEITOS DE CONTABILIZAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO (ICPC 01)

18.7.1 ATIVO FINANCEIRO

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2 ATIVO INTANGÍVEL

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3 RECEITA E CUSTO DE CONSTRUÇÃO (RESULTADO)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4 REMUNERAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO (RESULTADO)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS (RESULTADO)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

	2019	2018
Saldos Societário	42.721	34.757
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	2.788	3.604
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	2.788	3.604
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	797	797
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(797)	(797)
Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos Regulatórios	45.509	38.360

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

O lucro ou prejuízos acumulados, bem como as sobras/perdas a disposição da Assembleia referem-se a ajustes entre societário x regulatório no exercício de 2018 e 2019.

18.9. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	8.002	8.979
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(816)	(797)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(354)	(409)
Outras Despesas Operacionais	(461)	(388)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	7.186	8.182

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2018 e 2019, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Outras Despesas Operacionais referem-se as perdas na baixas de bens com valores de reavaliação regulatória compulsória estipulada no 1º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme Resolução Normativa 396/2010.

Os efeitos constatados, nos itens acima citados, em Ativos e Passivos financeiros setoriais decorrem da reversão desses ativos e passivos não reconhecidos na contabilidade societária em 2018.

19. FORMATAÇÃO BÁSICA DAS NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2018 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil).

Braço do Norte (SC), 31 de dezembro de 2019.



Cristiano Orlandi
Administrador Judicial



Jairo Dircksen
Contador
CRC/SC-027913/0-4

7 - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS



Vox Auditores Independentes S/S
Rua João Pessoa, 835 – sala 10/A
CEP 89036-000 Bairro Velha – Blumenau-SC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Cooperados e Administradores da
Cooperativa de Eletrificação Rural de Braço do Norte - Cerbranorte

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Cooperativa de Eletrificação Rural de Braço do Norte - Cerbranorte**, que compreendem o balanço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações regulatórias do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas regulatórias e o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Eletrificação Rural de Braço do Norte - Cerbranorte**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos agentes do setor elétrico supervisionados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 22 e 34, em 09 de outubro de 2006 Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração contra a Cooperativa por suposta falta/insuficiência de recolhimento das contribuições para o Pis e a Cofins sobre o faturamento do período de dezembro de 2000 a outubro de 2005. Tendo em vista que em novembro de 2014 o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, pela incidência do Pis e da Cofins sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais, e, embora no exercício de 2017 a Cooperativa tenha obtido êxito parcial no que se

refere à base de cálculo desses tributos, a Administração, de forma conservadora, optou por reconhecer contabilmente os valores apresentados no auto de infração, no montante de R\$ 3.866 mil, a título de provisão para contingências fiscais/tributárias.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2018

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentados para fins de comparação foram auditados por outros auditores independentes, com emissão do relatório datado de 18 de janeiro de 2019, que não contele modificação.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos agentes do setor elétrico supervisionados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 28 de fevereiro de 2020.



Jaimir Biff
Contador CRC (SC) nº 017.155/0-7



Vox Auditores
Independentes S/S
CRC (SC) nº 008488/O-5
CVM nº 1195-9